

**ÁUREA PAZ PINHEIRO**

As tensões entre *clericalis* e *anticlericalis* no Piauí nas  
duas primeiras décadas do século XX.

Campinas(SP), março de 1999

**ÁUREA PAZ PINHEIRO**

**As tensões entre *clericais* e *anticlericais* no Piauí nas  
duas primeiras décadas do século XX.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento  
de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação  
da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Moura e Silva.

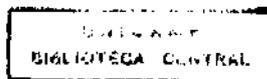
Este exemplar corresponde à redação final  
da dissertação defendida e aprovada pela  
Comissão julgadora em 31/03/1999

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Moura e Silva

Prof.º Dr. Leandro Kafnal

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Teresinha Queiroz

Campinas (SP), março de 1999



99120.28

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
Ex.	0737847
	229/99
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	10/06/99
N.º CPD	

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

CM-00124084-4

P655t

Pinheiro, Áurea Paz

As tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX / Áurea Paz Pinheiro. -- Campinas, SP : [s.n.], 1999.

Orientador : Eliane Moura e Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Igreja Católica - Clero. 2. Anticlericalismo - Piauí.  
3. Livre - pensamento. 4. Maçonaria e Igreja Católica.  
I. Silva, Eliane Moura e. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.  
III. Título.

*Para Marina e Rafael, filhos  
queridos, grandes prejudicados  
pelas ausências.*

## AGRADECIMENTOS

Talvez a parte mais difícil de um trabalho seja agradecer, não por impossibilidade de reconhecermos a importância das pessoas e/ou instituições, mas por incorrerem no erro de apontarmos algumas delas e esquecermos de outras. Em todo caso, mesmo correndo o risco, gostaria de agradecer:

Minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Moura e Silva, pela atenção e paciência durante toda a produção deste texto, seja pelas críticas, seja pela orientação à consulta das fontes e discussão da bibliografia utilizada, mas, acima de tudo, pelo grande incentivo e por acreditar, desde o início, em nossa capacidade de trabalho.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Teresinha de Mesquita Queiroz, do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí, por colocar a nossa disposição fontes e bibliografia indispensáveis à realização deste trabalho, além da leitura atenta e crítica do texto, que pôde, gradativamente, ser construído.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Izabel Andrade Marson e Prof.<sup>o</sup> Dr. Leandro Karnal, da Universidade Estadual de Campinas, pela leitura, discussão e críticas ao texto, que pôde ser reelaborado.

Prof.<sup>a</sup> Verônica M.<sup>a</sup> Pereira Ribeiro, Chefe do Departamento de Geografia e História da Universidade Federal do Piauí, por agilizar a parte burocrática, junto àquela IES, tão indispensável neste momento em que estive envolvida na atividade de pesquisa e produção desta Dissertação.

Prof.<sup>a</sup> Ana Virgínia Pinheiro Teixeira sempre orientando a consulta às fontes disponíveis na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Teresa Rochane Olímpio de Albuquerque, por sempre incentivar meus projetos de trabalho.

Especialmente e carinhosamente a Jesus Feitosa, que, na minha ausência, deu toda atenção à Marina e Rafael que, futuramente, saberão reconhecer o esforço dessa grande amiga.

Meus pais e irmãos pelo incentivo durante toda a trajetória deste trabalho.

Finalmente, gostaria de agradecer o apoio financeiro da Capes e da Unicamp, sem o qual este trabalho não poderia ter sido realizado.

“(…) Religião é o culto material, concebido e realizado de modo a impressionar os sentidos e promover a embriaguez suave do mistério nos crentes. É o culto no cenário das igrejas – com um sacerdote vestido de seda e ouro e púrpura, arvorado em portavoz da eternidade, missionário da pobreza, apóstolo da castidade – apresentada como virtude suprema e, entretanto, ele mesmo a contradição eloqüente da pregação. É o culto com todos os formidáveis aparelhos de compreensão da consciência – do confessionário à intolerância absoluta para com outro credo qualquer. Quem o não frequenta, quem, sobretudo, não paga o imposto da crença, não é religioso. É ateu. E, dizer ateu, é dizer um indivíduo sem escrúpulos, sem amor a família, sem dignidade, vencido e gasto por todos os vícios. Tenha ele uma existência modelar. Dê os mais dignificadores exemplos. Seja um pai temeroso, um marido apaixonado, um filho amantíssimo: tudo isso desaparece diante da condenação da igreja e da campanha do clero. São coisas que se repelem, na opinião do padre, moral e ateísmo. É a sua clava de combate a este argumento. E tantas vezes o repetiu, tantas o escreveu, que ele deu a força de sentença condenatória contra qual nenhum recurso é admissível.” (Neves, Abdias, 1912, p. 23).

## Sumário

Introdução.....	10
1. A Reforma Católica e a Criação da Diocese do Piauí .....	19
1.1. A Criação do Bispado do Piauí.....	19
1.2. As visitas e cartas pastorais.....	41
1.3. O jornal católico <i>O Apóstolo</i> .....	45
2. O Pensamento Pedagógico da Igreja Católica .....	54
2.1. Como deve ser a educação.....	54
2.2. Uma educação de orientação católica .....	63
2.3. Leituras Proibidas.....	72
2.4. Filha, mãe e esposa: o modelo católico para a educação das mulheres.....	82
3. A literatura anticlerical .. .....	86
3.1. Clericalismo e Anticlericalismo: inimigos irreconciliáveis.....	86
3.2. “Um Manicaca”: um romance anticlerical.....	95
3.3. Os folhetos anticlericais.....	106
3.4. A imprensa anticlerical.....	111
4. Polêmicas anticlericais no Piauí no início do século XX.....	118
4.1. Teresina no início do século XX.....	118
4.2. Católicos e livres-pensadores: uma tensão constante.....	123
Considerações Finais.....	139
Fontes e Bibliografia.....	144

## INTRODUÇÃO

As polêmicas entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX foram ainda pouco avaliadas pela historiografia piauiense. A maior parte dos textos que se refere ao assunto está dispersa em jornais, folhetos e livros do período. Muitos desses textos continuam desconhecidos e sem divulgação.

Estudar as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX é o objeto de estudo deste trabalho. No período estudado foi intensa a produção literária, em sentido amplo, de conteúdo anticlerical, mas a polêmica permaneceu intelectual. Os livres-pensadores, elite intelectual formada, basicamente, na Escola do Recife, produzia textos para uma elite, também, de intelectuais, leigos ou católicos. Sendo a maioria da população analfabeta, a polêmica anticlerical atingiu um público restrito. A Igreja Católica criou estratégias no sentido de ter o controle efetivo sobre a vida religiosa cotidiana da população piauiense, atuando em todos os campos da vida social, cultural e política. Participou ativamente na imprensa periódica, na educação, na vida político-partidária, integrando-se na sociedade civil

a fim de não ter seu poder abalado pela ação anticlerical, mas tentando se fortalecer e firmar sua autoridade política e social.

Uma das grandes dificuldades ao se trabalhar o tema clericalismo e anticlericalismo é a escassez de estudos até então desenvolvidos. São poucos os livros que versam sobre o assunto. São poucas as pesquisas desenvolvidas tanto no Brasil como no exterior. Tema controvertido, polêmico e complexo. Um dos trabalhos mais completos sobre a História do Anticlericalismo é de René Remond<sup>1</sup>, porém o autor limitou suas análises ao caso francês. Mesmo assim, é um estudo que possibilita a compreensão de conceitos e idéias mestras que envolvem clericalismo e anticlericalismo. No Brasil, um dos importantes estudos sobre anticlericalismo é de Thales de Azevedo<sup>2</sup>. O pesquisador baiano procurou narrar os eventos anticlericais que se desenvolveram na Bahia durante o final do século XIX e início do século XX. Balhana, em seu livro *Idéias em Confronto*<sup>3</sup>, analisou o conflito entre anticlericais e clericais no Paraná entre 1890 a 1940, tentando compreender as idéias mestras que motivaram aquela polêmica. No Piauí, alguns estudos,

---

<sup>1</sup> REMOND, René. *L'Anticlericalisme en France: de 1815 a nos jours*. Paris: Editions Complexe, 1985.

<sup>2</sup> AZEVEDO, Thales de. *A Guerra dos Párocos: Episódios Anticlericais na Bahia*. Salvador: EGBA, 1991.

<sup>3</sup> BALHANA, Carlos Alberto de Freitas. *Idéias em Confronto*. Curitiba. PR: GRAFIPAR, 1981.

mesmo não sendo específicos, discutem questões importantes que ajudam a compreender o contexto histórico da polêmica que envolveu clericais e anticlericais. Higino Cunha em sua *História das Religiões no Piauí*<sup>4</sup> anotou importantes informações indispensáveis ao entendimento da polêmica no Estado. Teresinha Queiroz<sup>5</sup> discutiu e apontou o conjunto de textos possíveis de serem consultados para a análise do anticlericalismo no Piauí.

Assim, pouco conhecido e tratado pela historiografia, o estudo do anticlericalismo é um campo que merece ser desbravado pelos historiadores contemporâneos.

Como fontes para estudo da atuação da Igreja Católica, no âmbito regional, pode-se recorrer às cartas pastorais, à imprensa católica, aos livros de orações, às biografias e panegíricos de religiosos, além de publicações do laicado católico. Nos limites deste trabalho recorreremos, basicamente, à imprensa católica, através do periódico *O Apóstolo*, primeiro periódico regular católico a circular no Piauí; bem como às

---

<sup>4</sup> CUNHA, Higino. *História das religiões no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1924.

<sup>5</sup> QUEIROZ, Teresinha. *Os Literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994 e *Notas sobre o anticlericalismo na literatura piauiense*. São Paulo: USP, 1988, trabalho não publicado.

publicações não católicas, ligadas ou não à Maçonaria, na forma de artigos, livros e folhetos diversos, recolhidos entre a produção anticlerical e divulgados pela imprensa piauiense nos primeiros anos do século XX. Foram analisados os artigos publicados pelo jornal católico *O Apóstolo*, entre os anos de 1907 e 1912, perfazendo um total de 281 exemplares, contidos em microfilmes e obtidos através da Biblioteca Nacional, pois os exemplares do periódico católico que se encontram no Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito – estão lacrados por impossibilidade de serem consultados, devido o seu estado de conservação.

Na consulta aos artigos do jornal católico – publicações semanais -, foram priorizados aqueles que tratavam de questões ligadas: à criação do Bispado do Piauí; ao pensamento pedagógico da Igreja; às publicações católicas de livros, cartas pastorais e encíclicas papais; aos aspectos religioso e social da Maçonaria; à luta político-religiosa entre Igreja e Maçonaria no Estado do Piauí.

No Piauí, entre 1902 e 1914, aumentavam as tensões entre Igreja e Maçonaria. Os livres-pensadores criticavam a Igreja e seu poder.

---

Criticavam as pretensões políticas da Igreja como ameaçadoras sendo necessário combater a sua influência sobre a consciência do povo.

Os anticlericais chegaram a formar, no início do século XX, um grupo significativo. Além das críticas à religião e a outros temas afins, criticavam a instituição da Igreja e seus comportamentos “inadequados” ou pouco moralizadores. Como forma de alcançar um público maior e não só um público culto, os textos, de conteúdo anticlerical, recorriam às sátiras, nos moldes dos folhetos populares, que eram distribuídos gratuitamente e publicados sob pseudônimo. O folclore também é significativo nesse aspecto. Contava-se que o Padre José Dias de Freitas, no final do século XIX, em Oeiras, teria deixado mais de 50 filhos. Houve uma crítica grotesca e encaminhada à ridicularização das pessoas.

Frente aos ataques dos anticlericais e livres-pensadores, a Igreja Católica precisava defender-se, reafirmando seu projeto de construção de um catolicismo e de uma Igreja mundial, rigidamente hierarquizada. Era necessário defender a origem divina da humanidade, em oposição às explicações naturalistas e evolucionistas; a prevalência do direito divino sobre o natural; a justificativa da união Igreja-Estado; a

defesa da infalibilidade do Papa; da concepção de mundo como projeto providencial, divino, não natural, recurso aos teólogos medievais; a condenação ao que a Igreja chamava de heresias e erros modernos.

Com a proclamação da República e oficialização do novo regime, intensificaram-se as tensões entre clericais e anticlericais. A oficialização da separação Igreja-Estado, do casamento civil, bem como a liberdade de pensamento e de expressão, abriram campo maior de possibilidades para que anticlericais e livres-pensadores desfechassem ataques ferrenhos não contra a moral religiosa, mas contra a incoerência da Igreja Católica de Roma em relação a esta moral.

Travou-se um debate de cunho ideológico-religioso entre formas de pensar e agir tradicionais e novas, que propunham uma sociedade inspirada nos ideais iluministas. Os livres-pensadores e anticlericais se consideravam os arautos dessas novas idéias. Passaram, então, a criticar a Igreja institucionalizada, condenando-a como propagadora de idéias retrógradas, como disseminadora da ignorância e da superstição no seio da sociedade. Os anticlericais e livres-pensadores, adeptos das idéias positivistas de ordem e progresso, achavam-se com uma missão: libertar a sociedade da ignorância e da superstição imposta

pela Igreja de Roma. Nesse sentido, somente com a destruição da Igreja Católica, enquanto instituição, seria possível alcançar os ideais de ordem e progresso, por ser aquela uma instituição corrupta e, portanto, corruptora de toda a sociedade. A população viveria, assim, à mercê de uma instituição incoerente quanto à moral tão propalada por ela mesma. Era necessário denunciá-la, mostrando à sociedade suas incoerências, suas contradições.

Ao estudar as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí no início do século XX, procuraremos responder as seguintes questões: Qual o contexto histórico em que se deu a criação do Bispado do Piauí? Quais as idéias que nortearam o pensamento pedagógico da Igreja Católica e o seu confronto com a proposta de educação laica? Como o discurso anticlerical foi sendo construído, na sociedade local, seja através da literatura, da imprensa periódica ou de folhetos populares? Quais as origens e desdobramentos das polêmicas anticlericais no Piauí no início do século XX?

A partir dessas indagações, organizamos a pesquisa em quatro capítulos. O primeiro, “A Reforma Católica e a Criação da Diocese do Piauí”, focaliza a criação do bispado do Piauí e como as

ações deste se inserem no contexto da expansão ultramontana. Mostra como a criação do bispado do Piauí foi um dos elementos essenciais que possibilitou à Igreja Católica reagir contra os anticlericais no início do século XX.

O segundo capítulo “O pensamento Pedagógico da Igreja Católica” mostra o debate entre o modelo de educação católico e laico, bem como as estratégias utilizadas pela Igreja no sentido de conquistar novos espaços na sociedade local.

O terceiro capítulo “A literatura anticlerical” procura analisar a produção de conteúdo anticlerical no Piauí, mostrando como o discurso anticlerical foi sendo construído, na sociedade local, através da literatura, da imprensa periódica e de folhetos populares.

O quarto capítulo “Polêmicas anticlericais no Piauí no início do século XX” destaca as origens e desdobramentos das polêmicas anticlericais no Piauí no início do século XX, evidenciando os ataques e acusações entre clericais e anticlericais. Além de analisar o papel desempenhado pela Maçonaria nessas discussões.

Com este trabalho pretendemos contribuir para preencher as lacunas existentes na produção historiográfica do Estado no que diz respeito ao tema em questão. Além disso, esperamos que este estudo forneça novas chaves de pesquisas.

## 1. A REFORMA CATÓLICA E A CRIAÇÃO DA DIOCESE DO PIAUÍ

### 1.1. A Criação do Bispado do Piauí

Com a Proclamação da República e oficialização do novo regime, ocorreu a separação da Igreja do Estado, bem como outras disposições legais tais como: a obrigatoriedade do casamento civil antes do religioso, a inelegibilidade dos clérigos, a negação do direito de votar aos religiosos, a proibição do ensino religioso nas escolas públicas, a conservação da legislação sobre os bens de mão-morta. A liberdade de culto já havia sido estabelecida pelo decreto n.º 119 de 7.01.1890. Percebe-se que com a proclamação da República, ocorreram algumas transformações na estrutura oficial católica do Brasil, em decorrência da implantação legal do laicismo, este entendido não como ideologia irreligiosa ou anti-religiosa, mas sim como ideologia incompatível com qualquer regime político que pretenda impor aos seus cidadãos, não apenas uma religião de Estado, como também uma irreligiosidade de Estado.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Dentre as leituras mais significativas, que utilizamos para a elaboração deste capítulo, no sentido de mostrar o contexto social, político e cultural no qual se deu a Reforma Católica no Brasil no final do século XIX e início do século XX, estão as seguintes: de Riolando AZZI, *Catolicismo popular e autoridade eclesiástica na evolução histórica do Brasil*. Religião e Sociedade. São Paulo(1): 125-149, 1977; *Elementos para uma história do catolicismo popular*. Revista Eclesiástica Brasileira. Petrópolis, 36:96-103, 1976; *O movimento de reforma católica durante o século XIX*. REB 34, 656-

Com a laicização do mundo ocidental, a Igreja perdeu sua supremacia doutrinária, política e social, exercida desde a Idade Média. Assim, necessitava atualizar-se, reestruturar-se; havia a necessidade dos Pontífices Romanos firmarem sua autoridade, tanto pastoral como doutrinária para manterem a unidade da Igreja, não permitindo a sua desagregação doutrinária. No Brasil, no início do século XX, verificou-se algumas transformações na estrutura oficial da Igreja Católica e do Estado Brasileiro. A Igreja passou a organizar-se em molde ultramontano, mais hierarquizada e com controle mais rígido sobre as práticas religiosas cotidianas da sociedade.

“Primado do magistério papal, unidade eclesiástica e grande preocupação doutrinária são notas evidentes da vida eclesiástica nas últimas décadas do século XIX e das primeiras do século XX”<sup>7</sup>

---

662; *A Igreja no Regime Republicano - a atuação de D. João Batista Neri, Primeiro bispo do Espírito Santo*. Religião e Sociedade. São Paulo, 13: 76-91, 1986; *O Episcopado do Brasil Frente ao Catolicismo Popular*. Petrópolis: Vozes, 1977; *Dom Antônio Joaquim de Melo, Bispo de São Paulo (1851-1861), e o movimento de reforma católica no século XIX*. REB, dez. de 1975, v. 35, fasc.140, p. 921-22; *Os capuchinhos e o movimento brasileiro de reforma católica no século XIX*. REB, 35, 1975. Fasc. 135; *Dom Antônio Macedo Costa e a Reforma da Igreja no Brasil*. REB, 35, 1975. Fasc. 135; *O catolicismo popular no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1978; *Religiosidade popular*. REB, 38, 1978. WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987.

<sup>7</sup> MOURA, Odilão. *As idéias católicas no Brasil: direção do pensamento católico no Brasil no século XX*. São Paulo; Convívio, 1978, p.25.

No final do século XIX, dominavam as idéias positivistas e naturalistas adversas à Igreja, que era identificada com o espírito do mais retrógrado obscurantismo e atraso cultural. A Igreja era acusada de impedir o desenvolvimento da inteligência. A Idade Média teria sido, na opinião dos livres-pensadores, a época das trevas e da tirania, sem sábios, sem filósofos, sem artistas. Época de miséria do povo, de embrutecimento das massas, de opressão, sendo impossível não identificar a Igreja Católica com esse período da história da humanidade. Assim, a Igreja necessitava aumentar o número de bispados para aumentar a influência do catolicismo, combatendo seus opositores e suas idéias. A proposta de Roma, frente a nova realidade brasileira e mundial com a proclamação da República, separando a Igreja do Estado, era reorganizar a hierarquia eclesiástica, aumentando o número de dioceses, colocando os bispos diretamente em contato com Roma, subordinados diretamente ao Papa, não mais ao poder executivo do Estado brasileiro. A Igreja defendia-se dos ataques sofridos, acusando os livres-pensadores de não possuírem instrução religiosa, de ignorarem a doutrina católica, de serem preconceituosos em relação ao catolicismo e contrários à Igreja.

“Em sua luta para recuperar o espaço perdido com a separação entre os poderes civil e religioso, a Igreja Católica identificou, na secularização dos costumes, o

grande obstáculo para a realização desse intento. A partir dessa identificação, a Igreja procurou organizar-se de forma que pudesse barrar tal processo por meio de investimentos em todos os campos em que a secularização a ameaçava. Dessa forma, seus esforços se concentraram em algumas áreas básicas, percebidas como vitais para seus objetivos. A legislação sobre o casamento, o ensino e a imprensa tornaram-se os alvos essenciais dessa luta.”<sup>8</sup>

Analisar a criação do Bispado do Piauí é identificar um dos elementos essenciais que possibilitaram à Igreja Católica reagir contra os anticlericais no início do século XX. A criação da Diocese e a chegada de seu primeiro Bispo representaram, para os católicos mais atuantes, sinônimo de progresso material, moral e religioso. Trariam a possibilidade concreta de combater a difusão de doutrinas subversivas e contrárias aos bons costumes da sociedade piauiense. Era papel da Igreja Católica alertar a população, afastando-a dos “inimigos” da Igreja e da religião; trabalhar para a regeneração das massas, educar a juventude, desviando-a dos vícios e erros modernos. Por outro lado, os livres-pensadores não se conformavam com as pretensões políticas da Igreja, sua intervenção na sociedade civil, na consciência do povo. Os anticlericais criticavam a ação da Igreja romanizada, negadora da liberdade religiosa; defendiam a valorização de todas as religiões e práticas religiosas, pois era necessário defender o sentimento religioso.

---

<sup>8</sup>CAES, André Luiz. *Da espiritualidade ao espírito cívico: a família nas estratégias de reestruturação da Igreja (1890-1934)*. Campinas – São Paulo: UNICAMP. Dissertação de Mestrado, 1995, p.50.

O ideal de civilização, ordem e progresso norteou as idéias de intelectuais, livres-pensadores, maçons, que se colocaram numa posição de reação às idéias ultramontanas da Igreja Católica, mais romanizada e hierarquizada. Como arautos das novas idéias, defendiam a necessidade de mudar o mundo, as idéias, as crenças e criar novas formas de pensar de agir, combatendo a Igreja institucionalizada, pois representava a ignorância e o obscurantismo. A polêmica entre católicos e livres-pensadores, ligados ou não à maçonaria, desenvolveu-se através da imprensa periódica piauiense, a qual foi palco de discussões acirradas, e mesmo agressivas. Discussões essas de caráter doutrinário e teórico, incluindo também agressões pessoais.

A criação do Bispado do Piauí<sup>9</sup> contou com a articulação conjunta de vários segmentos da sociedade piauiense. Desde 1890, pela imprensa local, os jornais *O Piauí*, *O Norte*, *A Notícia* e *A República* apoiavam a campanha de criação do bispado piauiense, defendendo a autonomia eclesiástica do Piauí em relação ao Maranhão. A

---

<sup>9</sup> As informações sobre a criação do Bispado do Piauí podem ser conferidas através da seguinte bibliografia: CUNHA, Higinio. *História das religiões no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1924. PACHECO, Felipe Conduru(D.). *História Eclesiástica do Maranhão*. São Luís: SENEC/ Departamento de Cultura, 1969. MELO, Pe. Cláudio. *Piauí, Diocese e Província Eclesiástica*. Teresina. Piauí. Arquidiocese do Piauí, 1993.

argumentação para a criação da nova Diocese do Piauí era justificada pela distância que ficava Teresina da sede episcopal do Maranhão, o que provocava dificuldade, morosidade e dispêndio com os recursos espirituais. O bispo do Maranhão não via necessidade da nova Diocese, pois acreditava que o bem espiritual do povo piauiense estava sendo bem providenciado e que a região era bem provida de igrejas, paróquias, visitas pastorais.

Os clérigos Pe. Lopes<sup>10</sup> e Cônego Raimundo Gil<sup>11</sup> foram grandes articuladores da campanha em prol da criação do bispado piauiense. Buscaram a adesão dos párocos à idéia da nova Diocese porém, estes, subordinados ao Bispo maranhense, não se dispuseram, por motivos hierárquicos, a desagradá-lo: “Para não desagradar ao Ex.mo. Senhor Bispo do Maranhão, os párocos não responderam uns e outros só o fizeram depois que consultaram ao antístite maranhense que não lhes deu resposta satisfatória”.<sup>12</sup> Mesmo sem o apoio imediato dos vigários, que na sua quase totalidade se manteve fiel ao Bispo do Maranhão – Dom Antônio Cândido de Alvarenga<sup>13</sup> –, os clérigos Pe. Lopes e Cônego

---

<sup>10</sup> Em 1890 foi um dos organizadores do Partido Católico no Piauí. Foi também um dos redatores d’O Apóstolo, jornal da Diocese do Piauí.

<sup>11</sup> Administrou a Diocese do Piauí entre 1911 a 1914.

<sup>12</sup> Pe. Luís Gonzaga. “Escorço Histórico da Diocese do Piauí”. *O Apóstolo*. Ano I. N.º 22. Teresina, 10 de outubro de 1907, p.3.

<sup>13</sup> Governou a Diocese do Maranhão de 1878 a 1899.

Gil continuaram firmes no propósito da criação da nova Diocese. Dirigiram-se aos chefes locais, pedindo-lhes assinaturas para uma representação junto à Santa Sé, por meio da Nunciatura, no que foram prontamente atendidos.

“Nossos representantes federais não se mostraram despercebidos e indiferentes quando a alma piauiense agitada pelo fulgor dessa idéia grandiosa, empenhavam-se pelo avanço da propaganda, removendo todas as dificuldades que se lhe opunham; e plenos de patriotismo e de fé, animavam o movimento do Estado com sua intervenção perante a Nunciatura.”<sup>14</sup>

Dom Jerônimo, Arcebispo da Bahia, incentivou a criação do Bispado piauiense pois discordava do Bispo do Maranhão. Para ele, O Maranhão era uma região próspera e podia subsistir sem o óbolo do Piauí. Via, sim, a necessidade de uma nova diocese para amparar a população cristã piauiense.

Com a divulgação das determinações da bula “*Supremum Catholicam Ecclesiam*”, em 1903, ocorreu a primeira vitória em prol da criação do Bispado do Piauí. A bula já havia sido assinada por Leão XIII<sup>15</sup>, desde 20 de fevereiro de 1901 e, sem explicação, encontrava-se

<sup>14</sup> Pe. Luís Gonzaga. “Escorço histórico da Diocese do Piauí”. *O Apóstolo*. Ano I. N.º 29. Teresina, 10 de outubro de 1907.

<sup>15</sup> Papa de 1878 a 1903.

sem divulgação desde aquela data, provavelmente por desinteresse do Bispado maranhense.

“O decreto de desmembramento , expedido em 6 de janeiro de 1903 e assinado por D. Júlio Tonti, reproduziu as determinações da Bula, estabeleceu como limites da nova diocese os mesmos do Estado do Piauí, ordenou que fosse organizado o Seminário para formação do clero, exortou o governo e o povo a respeitarem e auxiliarem o novo bispo e as instituições por ele criadas, decretou que todos os papeis eclesiásticos, relativos ao Piauí arquivados na chancelaria do Maranhão, fossem entregues ao arquivo da nova diocese e que o Bispo do Maranhão continuasse a administrá-la enquanto não fosse provida.”<sup>16</sup>

O Bispado do Piauí ficou, inicialmente, sendo administrado pelo Bispo do Maranhão, D. Antônio Xisto Albano<sup>17</sup>, que concedeu aos reverendos Cônego Gil e Lopes poderes especiais para dispensarem impedimentos matrimoniais. Em 13 de março de 1906 tomou posse o primeiro bispo do Piauí, Monsenhor Joaquim Antônio de Almeida<sup>18</sup>, reitor do Seminário da Paraíba e redator do jornal diocesano *A imprensa*, da Paraíba. Segundo relato apologético do Pe. Luís Gonzaga, o bispo foi recebido com muita alegria e entusiasmo pela sociedade piauiense.

“O estalar dos foguetes, os silvos dos vapores e das fábricas, o estrepito do povo, que explodia numa oração contínua, tudo faria crer que a alma piauiense estava dominada, nesse momento, pelo impulso de uma paixão

<sup>16</sup> Pe. Luís Gonzaga. “Escorço histórico da Diocese do Piauí”. *O Apóstolo*. Ano I. N.º 29. Teresina, 10 de outubro de 1907.

<sup>17</sup> Governou a Diocese do Maranhão de 1901 a 1903.

<sup>18</sup> Bispo do Piauí de 1906 a 1911.

justamente irresistível, a da grandeza e progresso de sua terra e do amor sincero à Religião implantada por Jesus, para abrigo e salvação da humanidade sofredora.”<sup>19</sup>

Oradores ilustres da sociedade teresinense participaram da recepção ao novo bispo.

“Ouviu-se a porta do prédio da Companhia o verbo fluente do ilustrado Dr. Higinio Cunha que em catadupas de eloqüência e de luz, com a austeresa e independência de seu grande talento, dominou o numerosíssimo auditório, arrebatando-o e convencendo aos mais indiferentes que o catolicismo é um fato, que seu prestígio moralizador e benéfico coopera para nosso evoluir e progressivo caminhar na senda da virtude de todos os ouvintes, dirigiu a S. Ex.a honrosas e animadoras expressões de amor e acatamento, em nome da fé e do entendimento da religião e da ciência do crente e do cidadão.”<sup>20</sup>

Criado no contexto da Reforma Católica do século XIX, o Bispado do Piauí tinha por proposta a moralização do clero e da Igreja. Havia muitos problemas que afetavam a imagem da instituição e que necessitavam ser resolvidos, como a precariedade ou inexistência dos seminários. Era necessário incrementá-los ou criá-los para a formação sacerdotal, pois grande parte dos párocos era ignorante e incapaz de paroquiar. Era fundamental instruir os futuros clérigos, que em sua maioria vivia em concubinato, desrespeitando, assim, os votos de castidade.

<sup>19</sup> Pe. Luís Gonzaga. “Escorço Histórico da Diocese do Piauí”. *O Apóstolo*. Ano I. N.º 30. Teresina, 08 de dezembro de 1907, p.4

<sup>20</sup> Id. *ibid*

A Reforma na Igreja do Brasil teve como grande articulador D. Antônio de Macedo Costa que, a partir de 1860, ao ser elevado ao episcopado, trabalhou pela implantação do modelo tridentino de Igreja no Brasil . Para ele era necessário romanizar a Igreja brasileira, vinculando-a à Santa Sé e libertando-a do poder civil. Logo que assumiu a liderança da Igreja do Brasil como arcebispo da Bahia, em 1890, D. Macedo Costa passou a comandar, juntamente com os bispos brasileiros, a campanha de Reforma Católica no Brasil. As propostas do prelado giravam em torno de alguns pontos fundamentais a fim de romanizar a Igreja do Brasil, tornando-a menos nacional e mais romana. Para implantar o modelo tridentino de Igreja no Brasil, vinculando a Igreja do Brasil mais direta e estreitamente à Santa Sé, era preciso formar uma unidade dentro do episcopado, criando novas dioceses e ampliando a hierarquia eclesiástica. Necessário se fazia disciplinar o clero, aproximá-lo da ortodoxia romana, afastando-o de abusos e males da vida mundana, convencê-lo a orientar suas ações no sentido de ter maior zelo pastoral, torná-lo mais próximo dos fiéis e de suas carências espirituais. Fazer dos clérigos modelo de conduta para inspiração dos fiéis.

Criar a unidade da Igreja do Brasil significava, para D. Macedo Costa, uniformizar a ação de toda a Igreja – bispados, paróquias etc. Para o êxito da Reforma era necessário a união do Episcopado brasileiro, contando com o compromisso individual de cada bispo que estaria, agora, vinculado diretamente à Santa Sé. Só a união dos bispos poderia ser capaz de enfrentar as novas circunstâncias nas quais se encontravam a vida político-religiosa do país. Era fundamental que a união dos bispos fosse capaz de enfrentar os opositores da Igreja, que se manifestavam na vida política-partidária, na imprensa, nas associações maçônicas.

A Igreja passou a orientar os bispos no sentido de controlarem mais de perto a vida dos fiéis e sacerdotes através de diferentes dispositivos: frequência aos Seminários; confissões e comunhões; comunhão pascal e assistência à missa; frequência ao catecismo; devoções e novenas; obras das associações beneficentes. Os bispos eram orientados a promover visitas pastorais freqüentes a toda sua diocese, a fim de fiscalizar e orientar as ações dos párocos e dos fiéis.

Ponto essencial da Reforma dizia respeito à disciplina do clero. Os líderes da Reforma consideravam o clero brasileiro decadente,

distante dos ofícios religiosos e do que a Igreja determinava como conduta correta, ou seja, respeito aos ensinamentos e compromissos assumidos pelos clérigos junto à Igreja Católica Apostólica Romana. Clérigos com precária educação eclesiástica e envolvidos em concubinos, política, jogos de azar etc. Assim, era urgente mais vigilância dos bispos sobre a conduta dos párocos e seus subordinados. O bispo tinha que estar mais próximo de seus subordinados imediatos, fiscalizando-os, orientando-os; nesse sentido importantes seriam as visitas e cartas pastorais, produzidas e emitidas pelos bispos aos párocos e aos fiéis. A Igreja reconhecia e tentava sanar o estado de pública imoralidade dos sacerdotes que, segundo a Instituição eclesiástica, era escandaloso e não exemplar para os paroquianos. Havia o reconhecimento, por parte da Igreja, de párocos que abusavam das dispensas matrimoniais e que cobravam somas exorbitantes aos fiéis para realização de batizados e casamentos, o que provocava incentivo ao concubinato pois os fiéis, muitas vezes, achavam-se incapazes de pagar tais somas.

Com a nova situação político-religiosa do país, era necessário que a Igreja corrigisse os abusos de seu clero. Agora, livres da ingerência do Governo civil na administração dos negócios eclesiásticos,

os bispos tinham liberdade para vigiar o procedimento de cada sacerdote a ele subordinado. Poderiam contribuir , ativamente, para a reforma do clero, sob a orientação da Santa Sé e somente a ela subordinados.

Os bispos deveriam, ainda, estar atentos aos maus hábitos locais, bem com ao avanço do proselitismo protestante, positivismo, espiritismo, materialismo.

A Reforma Católica trazia, ainda, a preocupação com a educação da juventude. Defendia a necessidade da ampliação das escolas cristãs. As famílias deveriam ser orientadas a afastar seus filhos de escolas de tendência positivista e atéia, consideradas antros de perdição e de corrupção dos costumes. Além da orientação pedagógica, a Igreja defendia a fundação e assinatura de bons jornais, o hábito de “boas leituras”, fundação de bibliotecas paroquiais para instrução e recreação das famílias católicas. Claro que dentre as “boas leituras” estavam excluídas aquelas de escritores vinculados às “associações funestas” como, por exemplo, a Maçonaria, considerada o “vírus maçônico”.

A renovação católica foi caracterizada por ser um movimento tridentino, romanista, episcopal e clerical. Era forte a tendência romanista e ultramontana do movimento. O termo ultramontano reaparece no século XIX para descrever uma série de atitudes e conceitos do lado conservador da Igreja Católica e sua reação aos excessos da Revolução Francesa.

“Essa reação tinha se caracterizado pela reafirmação do escolatismo, pelo restabelecimento da Sociedade de Jesus(1814) e por uma série de encíclicas, bulas, alocuções e constituições que foram fulminantemente lançadas contra o que a Igreja considerava elementos errôneos e tendências dentro da religião e da sociedade civil. Esses escritos culminaram em 1864 com a Encíclica Quanta Cura e “Silabo dos Erros”, anexo à mesma. Portanto, a grosso modo, pode-se dizer que o ultramontanismo do século XIX colocou-se, não apenas numa posição a favor de uma maior concentração do poder eclesiástico nas mãos do papado, mas também contra uma série de coisas que eram consideradas erradas e perigosas para a Igreja. Entre esse “perigos” estavam o galicanismo, o jansenismo, todos os tipos de liberalismo, o protestantismo, a maçonaria, o deísmo, o racionalismo, o socialismo e certas medidas liberais propostas pelo estado civil, tais como a liberdade de religião, o casamento civil, a liberdade de imprensa e outras mais.”<sup>21</sup>

O ultramontanismo apregoava uma adesão total e incondicional ao papa, dentro de uma Igreja de caráter universal sob a orientação exclusiva da Santa Sé.

<sup>21</sup> VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980, p. 32/33.

“Pode-se dizer que o ideal que envolve todas as atividades dos prelados e seus colaboradores no movimento reformador é a criação de uma nova imagem da Igreja do Brasil, marcada pela santidade de seus ministros e pelo esplendor do culto, freqüentado por um povo devoto e cumpridor de seus deveres religiosos”.<sup>22</sup>

Fazia-se urgente aplicar, no Brasil, a Reforma de Trento, regenerar o clero, fazer com que os seminários fossem o sustentáculo fundamental do movimento, formando sacerdotes para a propagação do evangelho, sacerdotes esses com uma “vida correta”.

“O catolicismo ultramontano, portanto, se articulou segundo um eixo de poder religioso, cujo pólo é o papa, para a Igreja Universal, o bispo, para cada diocese, e o clero, em cada paróquia. Concentrando-se o poder religioso no mundo clerical, os leigos passaram a ocupar uma posição mais subalterna e passiva.”<sup>23</sup>

A Reforma Católica do século XIX foi um movimento de caráter hierárquico. Houve destaque especial para a reorganização e criação de novos seminários, reforma e moralização do clero, procurando afastar os clérigos da vida política para que se dedicassem exclusivamente à missão pastoral. A pretensão do movimento era substituir a imagem do bispo administrador e político, do período colonial, pela figura do pastor “apóstolo e santo”. Tal movimento tinha

<sup>22</sup> AZZI, Riolando. *Dom Antônio de Macedo Costa e a Reforma da Igreja do Brasil*. REB. Vol.35, fasc. 139, set/1975, p.684.

<sup>23</sup> WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX. A Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851 – 1861)*. São Paulo: Ática, 1987, p.185.

por objetivo reformar a Igreja, principalmente na sua estrutura interna e lutar contra a intromissão do governo nos assuntos da Igreja.

Ampliação da formação cultural do clero, reforma interna da Igreja, independência da estrutura do Padroado – da qual a Igreja dependia economicamente e que lhe tolhia a ação pastoral –, independência das duas instituições – Igreja e Estado –, liberdade na organização e orientação dos seminários, eis alguns dos pontos fundamentais das reivindicações dos bispos reformadores do século XIX. Dom Macedo Costa, Bispo do Pará, um dos protagonistas da Questão dos Bispos<sup>24</sup>, manifestou-se sobre a dependência da Igreja em relação ao Padroado.

“Entre nós, a opressão exercida pelo Estado em nome de um pretense padroado foi uma das causas principais do abatimento de nossa Igreja, o seu atrofiamento quase completo. Era uma proteção que nos abafava.”<sup>25</sup>

A proposta do episcopado brasileiro era construir a unidade entre os bispos, com metas comuns e estímulo ao trabalho pastoral, vinculando o episcopado brasileiro diretamente à Cúria Romana, o que aconteceu a partir do pontificado de Pio IX<sup>26</sup>. Os Bispos estariam, então,

---

<sup>24</sup> Questão dos Bispos de 1873 a 1875.

<sup>25</sup> Apud. AZZI, Riolando.. Op. Cit.,1975, p.697.

<sup>26</sup> Papa de 1846 a 1878.

ligados diretamente à Sé Romana, sendo Roma o centro do episcopado Brasileiro.

Seguindo as orientações de Roma, a Igreja pretendia reafirmar seu projeto de construção de um catolicismo e de uma Igreja mundial e rigidamente hierarquizada. Era necessário defender a origem divina da humanidade, em oposição às explicações naturalistas e evolucionistas; a prevalência do direito divino sobre o natural; a justificativa da união Igreja-Estado; a defesa da infalibilidade do Papa, da concepção do mundo como projeto providencial, divino, não natural; recursão aos teólogos medievais; condenação ao que a Igreja chamava heresias e blasfêmias modernas.

O episcopado brasileiro se articulou para criar a unidade dos seus membros. Como estratégia fundamental estava a proliferação dos bispados como forma de enrijecer a hierarquia eclesiástica da Igreja. Através das cartas pastorais, meio de comunicação entre Bispos, párocos e fiéis, deu-se orientação pastoral. Multiplicaram-se as Congregações Marianas, como obra do apostolado católico; criaram-se os colégios e jornais católicos; organizaram-se as Confederações Católicas. Todas

essas medidas foram tomadas pela Igreja com o intuito de adaptar-se aos novos rumos que tomava a sociedade brasileira.

A Bula *Supremum Catholicum Ecclesiam*, do Papa Leão XIII, de 20 de fevereiro de 1901, criou oficialmente o Bispado do Piauí. Até então, o Piauí esteve sob a jurisdição eclesiástica do Maranhão. Entre 1876 a 1877 havia, no Piauí, 28 paróquias e 27 párocos; em 1901 já eram 32 paróquias. O primeiro Bispo do Piauí, D. Joaquim Antônio de Almeida, reitor do Seminário da Paraíba, foi nomeado em 19 de janeiro de 1905 pelo Papa Pio X<sup>27</sup>, através da Bula *Cunctis Ubique Pateat*, tomando posse em 13 de março de 1906. Trouxe consigo diversos sacerdotes e seminaristas, ficando no cargo até 1911. Somente em 1914 foi nomeado o segundo Bispo do Piauí, Monsenhor Otaviano Pereira de Albuquerque<sup>28</sup>, Vigário Geral de Porto Alegre. De 1911 a 1914, ocupou o cargo, para preencher a vacância do bispado, o administrador apostólico Raimundo Gil da Silva Brito.

Como primeiras medidas do Bispado do Piauí destacaram-se: a criação do Colégio e do Seminário Diocesano e do Colégio do Sagrado Coração de Jesus, administrado pelas Irmãs Catarina, todos em

---

<sup>27</sup> Papa de 1903 a 1914.

<sup>28</sup> Bispo do Piauí de 1914 a 1920.

1906 (o Colégio Diocesano para educação de meninos e o Colégio Sagrado Coração de Jesus para a educação de meninas); incentivo aos cultos do Sagrado Coração de Jesus e de Maria; fundação da Associação das Filhas de Maria, tanto em Teresina como em Parnaíba; reformulação das irmandades, criando novos estatutos; criação de comarcas eclesiásticas; nomeação de vigários; criação do Colégio Diocesano em Parnaíba, que por questões de ordem financeira teve existência efêmera, durando apenas três anos; organização de algumas conferências paroquiais; criação de bibliotecas como a do Seminário e a do Paço Episcopal; ordenação de novos sacerdotes. Além da ação pedagógica institucionalizada, o Bispado recorreu à imprensa, fundando, em 1907, o jornal católico *O Apóstolo*. Este não foi o primeiro jornal católico a circular no Piauí; já em 1890, sob a direção do Cônego Honório Saraiva, havia sido fundado o jornal católico *A Cruz*. A criação de um jornal católico era fundamental para o projeto de afirmação da Igreja Católica no Piauí, pela difusão da fé católica, além do que, em Teresina, a imprensa anticlerical era atuante.

“Para a Igreja renovada, a imprensa e a política eram instrumentos eficazes na conquista de novos adeptos, e de que ela não poderia abrir mão, sob pena de ver expandir-se as “funestas idéias” de que estavam possuídos intelectuais, maçons e parte dos próprios homens do Governo. O papel de diretora das consciências pretendido pela Igreja extrapolava os

planos catequéticos, missionários e pedagógico e induzia à interferência da instituição na luta político-partidária, almejando posições de mando.”<sup>29</sup>

Como primeira tentativa de elaborar um estudo que desse conta dos acontecimentos que nortearam a criação do Bispado do Piauí, bem como das realizações do seu primeiro Bispo, o Pe. Luís Gonzaga, vigário de Amarante, escreveu o *Escorço Histórico da Diocese do Piauí*, publicado em várias edições do jornal oficial da Diocese do Piauí, *O Apóstolo*. Sobre as realizações do Bispo D. Joaquim de Almeida, assim relata o Padre

“Pouco tempo há que o Ex.mo Senhor D. Joaquim governa esta diocese e já organizou o Seminário e o colégio diocesano, construiu um elegante e confortável prédio para instrução e educação de meninas, fez aquisição de outro na cidade de Parnaíba para o mesmo fim, mandou vir as excelentes educadoras conhecidas por Irmãs Catarinas-, comprou outro prédio para nele instalar-se a tipografia do bispado, criou o hedomário, os Estatutos Diocesanos, a Tabela das Freguesias, o Regulamento dos Patrimônios das Paróquias e Irmandades que revogou os antigos, obra primorosa e urgentemente reclamada pelo espírito da Igreja; e já houve o retiro espiritual do clero.”<sup>30</sup>

Em seu trabalho sobre a criação da Diocese do Piauí, Pe. Cláudio Melo evidencia as ações dos principais articuladores da criação da referida Diocese, bem como as ações de seus Bispos. Argumenta que, segundo jornais da época, o êxito da criação dos dois educandários

<sup>29</sup> QUEIROZ, Teresinha. Op. Cit., 1994 p. 161.

<sup>30</sup> Pe. Luís Gonzaga. “Escorço Histórico da Diocese do Piauí”. *O Apóstolo*. Ano I. N.º 30. Teresina, 8 de dezembro de 1907, p.4.

católicos e do jornal oficial da diocese, por Dom Joaquim de Almeida, provocou irritação da Maçonaria o que forçou o Governador do Estado, Areolino de Abreu, a criar a Escola Normal de Teresina, escola de ensino laico para educação feminina.

“O crescente prestígio do Bispo, sua atuação no campo social e principalmente na educação, provocou reação no meio anticlerical. O Apóstolo, que de início era um noticioso de doutrinação e propagação da fé, teve que, aos poucos, assumir a defesa da Igreja. Sua direção passou para o Dr. Elias Martins, o mais corajoso e constante defensor da Igreja. Nas sua páginas ficaram documentados os mais dolorosos capítulos da questão religiosa com a Maçonaria. Por fim o jornal passou a ser propriedade do Partido Católico. No governo de Miguel Rosa foi invadido altas horas da noite e totalmente destruído. Como única forma de calar a voz da verdade, contra os desmandos da época.”<sup>31</sup>

As ações do Bispo piauiense seguiam as orientações da Sé Romana, que na Bula de criação do bispado de Leão XIII já estabelecia que

“Escolha o Bispo um conselho de varões prudentes e experimentados, de cuja prudência terá o auxílio na resolução dos negócios mais graves de sua diocese, até que se constitua canonicamente o mencionado Cabido. Conferimos a este, uma vez canonicamente ereto, a faculdade de consoante as prescrições dos Sagrados Cânones e sobretudo do Concílio Tridentino, promulgar, quanto antes estatutos, ordens e decretos que deverão submeter-se ao conhecimento e aprovação do Bispo, afim de que tenham realmente força e eficácia de lei. Damos e concedemos ao mesmo Cabido das outras Igrejas Catedrais do Brasil, com exceção dos concedidos por indulto particular e dos adquiridos mediante título oneroso.

---

<sup>31</sup> MELO, Pe. Cláudio. *Piauí, Diocese e Província Eclesiástica*. Teresina. Piauí. Arquidiocese do Piauí, 1993, p. 29/30.

Além disso, como o cultivo da vinha do Senhor, postule o aumento do número de sacerdotes, para o que grandemente (mostra-o a experiência) concorrem os seminários, queremos que, quando for possível, se esforce o novo Bispo por fundar um Seminário, de acordo com as regras ditadas neste particular pelo Concílio de Trento, no amplo edifício, para tal fim muito apropriado, que há próximo e anexo à Igreja Catedral da nova Diocese. Seja seu escopo: a preparação acurada na piedade e na doutrina sagrada dos jovens clérigos, segundo as normas da Sé Apostólica, para que sejam ministros e obedeçam à nave da Igreja.”<sup>32</sup>

Inserida no contexto da Reforma Católica do final do século XIX e início do século XX, a criação da Diocese do Piauí foi um meio eficaz para a afirmação do catolicismo no Piauí, bem como componente importante na ação da Igreja no que se refere à luta político-religiosa entre a Instituição e a Maçonaria.

Nesse momento o clero tradicional tentava se renovar. Houve dificuldades na convivência entre o Bispado, recém criado, e o povo pouco cristianizado que tinha o seu cotidiano marcado pelo catolicismo devocional, logo difícil de enquadrar-se no catolicismo sacramental, com rigor das práticas religiosas e novos costumes que lhes eram impostos por uma Igreja mais tradicional que renovada. Eram a Igreja e a sociedade tentando se moldar aos novos tempos. A intolerância do clero local para com os intelectuais organizados em torno da

<sup>32</sup> Bula de Criação da Diocese do Piauí. Apud. Melo, Pe. Cláudio. Op. Cit. p.21.

Maçonaria e da Imprensa anticlerical se fez presente. Intelectuais como Higino Cunha<sup>33</sup>, Miguel Rosa<sup>34</sup> e Abdias Neves<sup>35</sup>, que tinham forte atuação na vida político-social do Estado, faziam parte desse grupo.

“Teresina e Parnaíba também participaram desse movimento de contestação e as manifestações mais violentas e acintosas ocorreram durante visitas pastorais dos Bispos. No Piauí, foram alvo dessas reações D. Antônio Cândido de Alvarenga e D. Xisto Albano, isso sem falar na “guerra” em que se envolveu o primeiro Bispo do Piauí, D. Joaquim Antônio de Almeida.”<sup>36</sup>

A instalação do Bispado do Piauí ocorreu no momento em que a propaganda anticlerical estava mais intensa. A contestação à religião e à crença se deu através de atos e idéias expressas tanto de forma oral como escrita, por panfletos, livros, periódicos, charges, agressões diversas à religião, aos seus símbolos, a seus representantes. Eram discursos inflamados pela imprensa periódica anticlerical e maçônica.

## **1.2. As visitas e cartas pastorais**

Como parte das atividades do Bispado constavam as visitas pastorais, cujo objetivo era o contato mais direto entre o Bispo e seus

<sup>33</sup> Nasceu em 1858 e morreu em 1943.

<sup>34</sup> Governador do Piauí de 1912 a 1916.

<sup>35</sup> Nasceu em 1876 e morreu em 1928.

<sup>36</sup> QUEIROZ, Teresinha. Op. Cit., p. 184.

fiéis. Era necessário conhecer a realidade das paróquias que compunham a Diocese, conhecer a vida cotidiana dos párocos e dos fiéis. Fundamental era ministrar os ofícios católicos e realizar o trabalho de doutrinação da população que, na realidade, tinha uma vida religiosa bem característica, destoando das normas oficiais da Igreja Católica.

Antes da criação do Bispado (1906), o Piauí contava com a pequena presença do clero católico, assim, não existia a religião enquanto algo formalizado e organizado em torno de um centro disciplinador. O que predominava era o catolicismo devocional (rezas, novenas, promessas aos santos, procissões com imagens etc.). As visitas pastorais ocorriam de forma esporádica e para administrar sacramentos (batizados, casamentos etc.). Não existia o ensino religioso, bem como a orientação de práticas religiosas cotidianas.

As visitas do Bispo diocesano conseguiam aglomerar grande quantidade de fiéis que assistiam às atividades programadas pelos organizadores do encontro. Era grande o número de confissões e casamentos entre pessoas que se achavam unidas ilicitamente. O trabalho do Bispo e seus auxiliares, fundamentais no que se refere às atividades da confissão, eram cansativos, pois grande era o número de fiéis que

recorriam às confissões e às demais cerimônias eclesiásticas. Durante uma visita pastoral a Amarante, em 1907, a comitiva do prelado diocesano chegou a realizar 1.300 comunhões, 1.284 crismas, 171 batizados e 100 casamentos de amasiados.

“A parte do serviço do Sr. Bispo era assaz penosa: celebrava e dava a sagrada comunhão, administrando depois da missa o santo crisma; voltando a casa examinava os livros; ao meio dia dava audiências e recebia visitas; às 3 da tarde ia crismar novamente; às 7 da noite pregava e assistia em seguida a benção.”<sup>37</sup>

Havia interesse do Bispo em utilizar uma linguagem simples no processo de doutrinação da população uma vez que, como já foi mencionado, o povo pouco conhecia as normas oficiais da religião católica, vivendo num “estágio” que os padres chamavam de “primitividade da fé”. Dom Joaquim preocupava-se, também, com os afazeres práticos da vida cotidiana dos fiéis, chegando mesmo a abordar questões ligadas à agricultura

“O fim principal dos sermões do Sr. Bispo era ensinar as eternas verdades; mas, o espírito ativo do nosso bom Diocesano não se contentou em mostrar ao povo o caminho seguro que leva à vida de além; compreendeu também a necessidade de dar-lhe lições práticas sobre a luta pela vida terrena: assim é que o vimos falando sobre a agricultura, lavoura, conservação das matas, vertentes etc.; mostrando a grandeza desses meios reais que concorrem para a subsistência humana, querendo significar o interesse que toma pelo bem estar de seus diocesanos, como se interessa pela sua salvação, paz e

<sup>37</sup> “Visita Pastoral”. O Apóstolo. Ano I. N.º 31. Teresina, 15 de dezembro de 1907, p.2

concordia, ensinando-lhes a doutrina da Santa Igreja, e a obediência às leis e às autoridades.”<sup>38</sup>

O bispo do Piauí, D. Joaquim Antônio de Almeida, realizou duas visitas pastorais, em 1907 e 1910, pelas paróquias de sua Diocese. Enfrentou as adversidades do meio e as dificuldades já citadas, como o pouco conhecimento que os fiéis tinham do catolicismo tradicional. O bispo e seus auxiliares tiveram bons resultados, difundindo o evangelho e obtendo novos adeptos ao Catolicismo. De suas últimas visitas às paróquias de Amarante, Regeneração, Valença, Picos, Pio IX, Jaicós, Paulista, São Raimundo Nonato, São João, Simplício Mendes, Oeiras, realizadas de julho a novembro de 1907, a Igreja do Piauí teve como resultado dos trabalhos pastorais: 23.246 comunhões, 17.760 crismas e 477 casamentos legítimos. Isto provava que a presença do Bispo em sua Diocese se reforçava pela sua atividade pastoral, próximo a seus paroquianos. Era a confirmação da necessidade do bispo pastor, evangelizador e não mais político e distante das questões espirituais de seu rebanho; a afirmação daquilo que vinham propondo os bispos defensores da reforma da Igreja do Brasil, já mencionada neste trabalho.

Em relação as cartas pastorais do prelado piauiense, podemos afirmar que não enfatizavam preocupações com a conduta dos

---

<sup>38</sup> “Visita Pastoral”. *O Apóstolo*. Ano I. N.º 31. Teresina, 15 de dezembro de 1907, p.2

clérigos, pois o Bispo considerava que as ações dos párocos vinham se encaminhando para o bom êxito da difusão e afirmação do Catolicismo no Estado. Procurou, em seus escritos, enfatizar a necessidade de estruturação da ação pastoral, bem como a organização dos colégios e seminários católicos, além da realização dos retiros espirituais para os clérigos e reestruturação das irmandades católicas, através da reelaboração de seus estatutos.

### **1.3. O jornal católico *O Apóstolo***

No início do século XX ocorreu no Piauí a introdução da política ultramontana, que tinha por objetivo aumentar a influência católica, através da instrução religiosa e reforço na disciplina do clero, a partir de uma hierarquia e burocracia eclesiástica, controlada diretamente pela Sé Romana. A criação do bispado do Piauí e as ações deste se inserem nesse contexto da expansão ultramontana. A conquista da opinião pública foi uma das ações do primeiro bispo do Piauí.

Em 19 de maio de 1907, após um ano da criação da Diocese do Piauí, foi fundado o periódico católico *O Apóstolo*, órgão oficial da nova Diocese, que teve como primeiro Diretor Monsenhor Fernando Lopes. O periódico se propunha a tratar dos interesses da Diocese em

todas as suas ramificações. Deveria divulgar as “verdades eternas”. Tinha publicação semanal e, como boletim diocesano, aceitava artigos de colaboração, desde que não se afastassem do programa do jornal. Os objetivos do boletim católico estavam centrados em alguns pontos fundamentais: trabalhar para o bem da Pátria Piauiense; difundir os princípios da religião católica; fortalecer o patriotismo inspirando-se na fé; e trazer o progresso. Observa-se a preocupação da Igreja em atuar em todos os segmentos da sociedade civil: política, cultura, fé, religião. Nesse sentido nada mais importante que a atuação firme na imprensa local, onde poderia-se marcar a presença da Igreja, da religião católica, num momento em que a imprensa anticlerical também se firmava com toda força.

O órgão católico, no seu terceiro ano de existência, deixou de ser boletim oficial da Diocese para tornar-se órgão ligado ao Partido Católico, a União Popular, que tinha em Elias Martins<sup>39</sup> um dos políticos católicos mais atuantes. Elias Martins passou a ser um dos grandes colaboradores do Jornal e um dos seus redatores.

1

---

<sup>39</sup> Nasceu em 1869 e morreu em 1936.

A criação de um partido católico no Piauí tinha o firme propósito de combater, com as mesmas armas, o inimigo anticlerical, participando da vida política do Estado e, sobretudo, combatendo os maçons, seus inimigos declarados. No início, o jornal, recebeu a denominação de *Órgão Popular Católico*, logo depois *Órgão da União Popular*. O periódico, agora de propriedade da União Popular, passou a abordar de forma mais contundente as questões políticas, porém não perdeu a sua feição de boletim católico, veiculando notas religiosas, difundindo idéias e princípios ligados à religião católica e interesses do Bispado. No entanto grande parte das matérias era destinada a tratar de questões políticas, denunciando as ações do Governador do Estado. Assim, sob a direção da União Popular, *O Apóstolo* passou a firmar sua oposição ao Governo do Estado, que era acusado de dirigir o Estado em nome da Maçonaria – “a seita funesta”. Foi nas páginas *d’O Apóstolo* que ficaram registradas as grandes polêmicas entre a Igreja e a Maçonaria no Piauí, no início do século XX. Nas páginas suas páginas lia-se

“Prisioneiro da Maçonaria, que tem apagado no coração do governador do Piauí o amor pelo seu próprio Estado natal, cujos interesses ele tem esquecido, entregando-se de corpo e alma a essa agremiação tão funesta a Pátria, S. Excia. tem aceitado todas as armas para combater os seus adversários.”<sup>40</sup>

1

<sup>40</sup> “Nossa Atitude”. *O Apóstolo*. Ano III. N.º 121. Teresina, 3 de outubro de 1909, p.3.

Anísio de Abreu<sup>41</sup>, Governador do Estado, era acusado, pela redação *d'O Apóstolo*, de perseguir a Igreja, orientando todas as ações de seu governo no sentido de firmar a autoridade da Maçonaria em detrimento dos princípios e normas defendidas pela Igreja Católica. O Governador era acusado de manipulação pela Maçonaria e de governar o Estado em nome de seu representante maior.

“S. Excia. não crê em excomunhão, porém o efeito desta pena não depende da crença ou descrença do indivíduo. Queira ou não, há de sentir seus efeitos nos dias de vida que Deus lhe der.

S. Excia é inimigo da Igreja Católica, mas não está isento de suas leis, porque foi batizado e como tal está debaixo de sua autoridade; negue, se quiser, mas é a verdade.

Persiga a Igreja cujo ministro foi seu benfeitor, persiga os católicos, que deram meios ao seu protetor para educá-lo; persiga o sentimento dos católicos que o elegeram governador, mas deixe-nos o direito de defesa que o Criador imprimiu na essência de todos os entes desde mundo. Persiga-nos, mas quando o braço divino se estender sobre a sua pessoa, clame pela proteção de seus amigos fingidos, para lhes irem em socorro somente a oração do católico, a caridade do cristão, o perdão de seus perseguidos e os braços da Igreja mãe tão odiada por S. Excia.”<sup>42</sup>

Já em 11 de julho de 1909, em seu número 109, no terceiro ano de existência, o jornal oficial da Diocese do Piauí anunciava a seus leitores e assinantes que passaria a ser um Órgão Popular Católico, sem contudo deixar de ser um jornal de cunho católico, não abandonando os

<sup>41</sup> Governador do Piauí de 1908 a 1909.

<sup>42</sup> “O Dr. Anísio e Piracuruca”. *O Apóstolo*. Ano III. N.º 126. Teresina, 7 de novembro de 1909, p.1.

fins específicos para os quais foi criado, ou seja, defender e propagar os princípios fundamentais do Catolicismo e da Igreja Católica. Continuará a defender seus dogmas e idéias mestras. Anunciava, ainda, que se tornaria cada vez mais combativo, uma vez que sentia a necessidade de defender-se de seus inimigos.

“É possível que em breve o nosso jornal passe por uma nova organização em defesa de direitos e princípios, tendo a frente uma corporação, cujos membros se unem e se munem, como sempre, de forças sanas, sob a bandeira da justiça e da verdade(...)

Amantes da realidade e inimigos do convencionalismo estudado, jogaremos as mesmas armas do inimigo, sem distinção de procedência.

Mais alguns dias, e os leitores nos esperem com as vestes de guerreiro que não teme a morte em defesa de seus direitos e de sua honra e liberdade.”<sup>43</sup>

O inimigo estava presente na imprensa periódica anticlerical e tornava-se um perigo constante para as famílias católicas teresinenses. A leitura de jornais que deveria ser um elemento de civilização, de progresso, de instrução do povo, passou a ser considerado pernicioso, contrário ao que a Igreja chamava de bons costumes. A imprensa anticlerical era interpretada como sinônimo de escândalos, de ofensa à moral e aos bons costumes, principalmente, do sexo feminino. Divulgava sentimentos degradantes, desordenados, repulsivos; paixões e vícios que afetavam a vida correta da família católica. Seriam, tais periódicos, os responsáveis pelo envenenamento do espírito de “moços incautos”, sem

<sup>43</sup> *O Apóstolo*. Ano III. N.º 109. Teresina, 11 de julho de 1909, p. 1.

um guia que os afastasse dos perigos dessas leituras, que só causavam desgraça e destruição do lares cristãos. Assim, era comum que a Igreja aconselhasse aos chefes de famílias a proibição da leitura de tais periódicos às suas senhoras.

“A exploração de todos os escândalos, minuciosamente descritos sem a mais simples conveniência material e com grave ofensa aos delicados sentimentos do sexo feminino, tem determinado, em muitas famílias, a prática de não permitir a leitura de jornais às senhoras, sem que antes o chefe da casa, que bem compreende os seus deveres, tenha verificado ser ou não conveniente a todos, que vivem sob a responsabilidade de sua direção carinhosa e amiga.”<sup>44</sup>

A imprensa católica tinha como missão primordial selecionar periódicos e revistas católicas que poderiam ser lidos pelas famílias católicas e fazer diminuir o impacto das publicações ímpias e liberais, facilitando a propagação das obras doutrinárias, científicas e literárias que não se opusessem à fé católica. Era necessária a oposição à imprensa incrédula e pornográfica. Havia uma preocupação constante da Igreja Católica com a leitura feita por seus fiéis. Era necessário selecionar as leituras para que os crentes não se desviassem do bom caminho da doutrina católica. A única verdade estava na Igreja e nas publicações por ela orientada. As boas leituras eram as publicações

---

<sup>44</sup> Jonjams. “Hábitos condenáveis” *O Apóstolo*. Ano I. N.º 39. Teresina, 16 de fevereiro de 1908, p. 3.

católicas, pois não representam a natureza perversa, corrompida e má das publicações anticlericais que envenenavam os espíritos incautos e pervertiam os corações inocentes. Competia à Igreja defender os católicos do mal, da perversão de tais impressos, pois a leitura influiria no preparo do espírito para o bem ou para o mal, contribuiria para a formação do caráter, daí deveriam as famílias católicas estar atentas ao perigo que representavam as publicações contrárias aos ensinamentos da religião.

“ Ninguém as poderá avaliar e o espírito prudente dos que têm a responsabilidade moral da direção dos lares honestos vai aconselhando que se considere o jornal, como um visitante perigoso, que exige as maiores cautelas e que muitas vezes não se deve consentir que penetre nas casas, onde os bons costumes, a boa educação e os ditames da decência e da honra constituem coisas dignas do maior respeito.”<sup>45</sup>

D. Joaquim Antônio de Almeida foi a público fazer um apelo para que as famílias católicas de Teresina mantivessem o jornal oficial da Diocese, pois só através dele se teria a certeza de boa orientação para o que o Bispo chamava de “leitura sã”

“Lancemos, pois, mãos de tão excelente meio(impressão) para alimentarmos nosso espírito, e com boas leituras ensinarmos aos ignorantes os meios

---

<sup>45</sup> Jonjams. “Hábitos condenáveis” *O Apóstolo*. Ano I. N.º 39. Teresina, 16 de fevereiro de 1908, p. 3.

seguros para conseguirem a vida futura, e aperfeiçoarem os costumes na vida presente.

Eis *O Apóstolo*, jornal católico, órgão oficial de nossa Diocese, que vos viemos apresentar, invocando o vosso zelo pela propagação das verdades de nossa santa Religião, fazendo-o conhecido, assinado, lido e protegido por todas as famílias, por todos os católicos e por toda a sociedade de vossa terra.

Neste tempo, que ora atravessamos, se propaga a má leitura, os homens têm sede de saber e saber tudo; neste tempo, em que os maus como os ridículos livros e jornais, têm a liberdade de se espreguiçar tanto no colo da criança como nas mãos do adulto, precisamos aplicar o antídoto, o remédio, a tão lastimável quão perniciosa epidemia moral, levando a sã leitura dos princípios básicos da formação do caráter e dos costumes, a todos os que devem ser a consolação da família, a garantia e o sustento da sociedade.”<sup>46</sup>

A imprensa periódica era vista, pela Igreja Católica, ao mesmo tempo como um bem, serviria ao progresso e desenvolvimento da civilização, e um mal para a sociedade, pois era através dela que se manifestavam os inimigos da fé católica, influenciando os católicos menos informados. A chamada imprensa ímpia disseminava idéias contrárias às propostas católicas, difundia erros, heresias, calúnias, falsidades contra a religião e as coisas sagradas. Assim, a imprensa católica viria da necessidade de combater os inimigos da religião católica, que se manifestavam na imprensa não católica. Logo, os escritos católicos deveriam ser orientados pelas Encíclicas Papais e pelas Pastorais do Episcopado.

<sup>46</sup> D. Joaquim de Almeida. “Sobre as boas leituras”. *O Apóstolo*. Ano I. N.º 6. Teresina, 23 de junho de 1907.

Nesse contexto foi organizado, em 1900, o 1.º Congresso Católico, realizado na Bahia que, dentre muitas deliberações, determinava o incentivo à criação de jornais católicos nas Dioceses como forma de propagar e defender a verdade católica e combater os opositores da religião, representantes do erro e da perversão dos costumes cristãos. Para os congressistas era necessário promover a boa imprensa e combater a imprensa anti-religiosa. Procuravam explicar a necessidade de fundar a imprensa católica, aumentar a produção de folhetos, brochuras e demais obras que propagassem a religião católica. Era necessário incentivar a propaganda religiosa, escolher romances “honestos e amenos” para a leitura da população, orientar diretamente a leitura dos católicos, livrando-os dos erros e vícios modernos trazidos pela imprensa anti-religiosa.

## **2. O PENSAMENTO PEDAGÓGICO DA IGREJA CATÓLICA**

### **2.1. Como deve ser a educação**

A criação da Diocese do Piauí e a chegada do seu primeiro Bispo possibilitaram a Igreja Católica agir de forma eficaz contra seus opositores, que atacavam a instituição e seus membros.

Os livres-pensadores atuavam em todos os setores da vida político-social. Defendiam a liberdade religiosa e educacional, criticavam a Igreja por não limitar sua ação ao campo espiritual, às atividades religiosas. A instituição era atacada por intervir em todos os setores da sociedade civil para a qual, segundo os intelectuais, em nada poderia a Igreja contribuir. Pelo contrário, os clérigos representavam uma instituição corrupta e minada de preconceitos, disseminadora da ignorância e da superstição, logo incapaz de atuar em um dos setores fundamentais para a sociedade – a formação da juventude. A instituição eclesiástica era acusada de ser inimiga do progresso, da civilização. Seus membros não podiam falar de liberdade, de tolerância, pois eram os representantes de velhas idéias. Pretendiam o controle da imprensa, intervir na vida político-partidária, tutelar o ensino; sempre como forma

de castrar a liberdade de pensamento e de expressão, impedindo a liberdade de expressão seja pela fala, seja pela escrita. A Igreja era a representante de um passado negro da história da humanidade, sendo difícil esquecer a sua intolerância, consubstanciada na Inquisição, símbolo do fanatismo e da violência da instituição que, encontrando as condições necessárias, traria de volta o velho tribunal. A Igreja representava o obstáculo ao progresso, à ciência, à liberdade.

Por seu turno, a Igreja Católica voltou sua atenção para a educação da infância e da mocidade como elemento fundamental de estratégia de reestruturação da sociedade civil. Para a instituição, a sociedade estava abalada pela difusão de doutrinas subversivas e erros grosseiros, sendo necessário preservar, através da educação, os ideais da sociedade cristã. Como parte do projeto de renovação da Igreja Católica no Piauí, Dom Antônio Joaquim de Almeida, primeiro bispo diocesano, fundou, em 1906, o Colégio do Sagrado Coração de Jesus, para a formação feminina. No mesmo ano fundou o Colégio e Seminário Diocesanos para a formação masculina, ambos na capital do Estado – Teresina. O Colégio Diocesano destinava-se, exclusivamente, à educação masculina, onde eram aceitos alunos internos, semi-internos e externos, tanto para a instrução primária como secundária. Para

Queiroz<sup>47</sup>, a perspectiva, nesse momento, era contrapor o ensino católico ao ensino laico, o único que se desenvolvia no Estado. Para a mesma historiadora, o Colégio das Irmãs, nome pelo qual popularmente ficou conhecido o Colégio do Sagrado Coração de Jesus, vinha atender a carência de um espaço para a educação feminina, sobretudo para um alunado proveniente das camadas mais abastadas da sociedade local, fato evidenciado não só no Piauí, mas em todos os estados do país onde as congregações religiosas se propuseram a fundar estabelecimentos de ensino.

Para a Igreja, a instrução religiosa visava a formação das gerações nascentes dentro do ideal católico. Era pela educação católica que a sociedade seria salva contra o abismo dos erros modernos, pois a formação religiosa era a única capaz de combater tais erros e guiar as futuras gerações no caminho do bem, da moral e dos bons costumes cristãos. Ressaltava-se a necessidade de combater uma instrução sem Deus. “A religião deve ser a base da educação, presidindo-a para cessar de ser uma educação falsa e manca.”<sup>48</sup> O pai de família não deveria entregar a formação de seus filhos a educadores ímpios, pois estes tenderiam a afastar a religião da educação ou considerá-la com

---

<sup>47</sup> QUEIROZ, Teresinha. *Notas sobre a educação no Piauí*. São Paulo, 1988. Trabalho não publicado.

<sup>48</sup> URBANO. “Como deve ser a educação”. *O Apóstolo*. Ano I. N.º 30. Teresina, 8 de dezembro de 1907, p. 1

indiferença. A instrução sem religião estaria fadada à falsidade, seria desastrosa, sem moral, uma vez que a base de toda a educação deveria ser buscada na religião católica. A educação sem Deus estaria minada de preconceitos funestos, depravados, de hábitos venenosos. Necessário era formar a criança firme na Religião.

“Quando o menino, quando o mancebo estiver assim fortificado, por uma educação essencialmente religiosa, quando sua alma banhar-se nas águas salutares da religião, será então e somente então, que sob a égide desta mesma religião, poderá ele arriscar a travessia e confiar ao mar tempestuoso do mundo a frágil barquinha dos seus quinze anos, certo de poder, em caso de perigo, lançar bem funda a âncora que piedosos hábitos lhe prepararam, pois, diz a Escritura, o mancebo seguirá a rota que tiver percorrido em sua adolescência e jamais se afastará dela, mesmo na velhice.”<sup>49</sup>

Propunha a Igreja, uma educação fundada na severidade, pois o homem teria uma natureza perversa. Assim, só com rigor este se desviaria da corrupção para chegar a civilizar-se. Sem uma educação rígida, o homem permaneceria selvagem, bárbaro.

O ensino público laico era criticado por ser um ensino sem Deus. Traria consigo inúmeras deficiências, dentre elas o fato de ser

---

<sup>49</sup> URBANO. “Como deve ser a educação”. *O Apóstolo*. Ano I. N.º 30. Teresina, 8 de dezembro de 1907, p. 1

destituído de todo o ideal religioso e, muitas vezes, completamente oposto à verdade do evangelho. “O ensino público, indiferente e mesmo hostil a toda idéia religiosa é um curso de preparatórios para o niilismo”.<sup>50</sup> A instrução, uma vez separada do ensino religioso, era incapaz de formar a educação moral do homem, daí a Igreja advertir as famílias católicas quanto à necessidade de guiar seus filhos no reto caminho da educação religiosa, desviando-os dos maus educadores, aqueles que se afastavam das explicações religiosas. Somente a educação religiosa poderia ser capaz de regular e limitar as ambições, dominar as paixões más e fortificar a vontade na prática do bem.

“Os conhecimentos elementares de história, de geometria, de gramática, de ciências matemáticas, de ciências físicas e naturais poderão ser úteis, porém jamais comunicarão o amor do próximo, o santo temor de Deus, princípio de toda a sabedoria, o devotamento abnegado, a caridade paciente e generosa; jamais ensinarão a suportar as adversidades com resignação, a dedicar-se com amor ao trabalho, contentar-se da modesta posição e a seguir os justos ditames da consciência e da honestidade.”<sup>51</sup>

O ensino ligado à religião só contribuiria para a eficácia moral, regeneração da vida humana, tanto na ordem individual como social. Logo, seria, impossível entender uma educação sem Deus. O

<sup>50</sup> URBANO. “Como deve ser a educação”. *O Apóstolo*. Ano I. N.º 30. Teresina, 8 de dezembro de 1907, p. 1<sup>50</sup>

<sup>51</sup> “A educação sem Deus”. *O Apóstolo*. Ano III. N.º 104. Teresina, 6 de junho de 1909.

ensino laico<sup>52</sup> era incapaz de regenerar os homens, pelo contrário, tornava-os egoístas, invejosos e maus. Para, a Igreja, a preocupação que os pais de família deveriam ter na escolha da educação para seus filhos jamais deveria permitir que os mesmos fossem entregues aos ditames da educação laica, que só formaria pseudo-sábios e contribuiria para a dissolução dos costumes.

A primeira Constituição republicana estabelecia que o Governo não se comprometia a dar educação religiosa, mas não proibia que os professores, a pedido dos pais do aluno, sem prejuízo do horário das demais disciplinas, ministrassem o catecismo. Miguel Rosa, livre-pensador e maçom, em 1909, como Diretor da Instrução Pública do Estado do Piauí, fez publicar, no jornal *O Comércio*, uma portaria que proibia o ensino religioso nas escolas. A atitude de Miguel Rosa provocou a indignação do Bispo diocesano que, imediatamente, levou o fato ao conhecimento do Governador do Estado, Anísio de Abreu. Este tentou justificar-se ao prelado alegando desconhecimento do fato. Difícil acreditar, pois o Governador apoiava as atitudes de Miguel Rosa, que afirmava-as irrevogáveis. Na realidade, a proibição fazia parte de mais um capítulo da luta político-religiosa entre a Igreja e a Maçonaria, no

---

<sup>52</sup> Ensino laico entendido em sentido estrito, desprovido de ensinamentos religiosos, negligenciando e reduzindo o ensino religioso e fazendo da escola um lugar invadido pelos saberes profanos.

Estado. O Governador do Piauí sempre fora acusado, pelos partidários da Igreja, de ser manipulado pela Maçonaria. A Igreja tentava argumentar ressaltando que a Constituição Federal mostrava-se indiferente e não perseguidora da Religião. Acusava o Diretor da Instrução Pública de ser um déspota, perseguidor da Igreja e da religião católica, de ridicularizar as famílias católicas e tirar-lhes o “sagrado direito de escolherem a melhor educação para os seus filhos”.

“Por ventura o Sr. Miguel Rosa está na altura de ir de encontro às ordens dos pais e mães de famílias, invadindo o santuário dos lares e declarando que sua vontade deve prevalecer a tudo e impedir as mais legítimas aspirações?!

Quem lhe deu este direito? É o cúmulo do despotismo!...

E o que mais indigna é a cumplicidade criminosa do Sr. Governador do Estado nestes atos inconstitucionais e insultuosos ao povo! (...) Os pais não têm mais poder nem direito sobre os filhos, porque tudo lhes é arrancado por uma simples portaria do Sr. Miguel Rosa!

Parece que voltamos à escravidão miserável do paganismo.

Querem derramar sobre nós a lama pútrida das abjeções maçônicas.

Levantaremos, de ora em diante, um protesto solene e enérgico ante todos esses desmandos e não deixaremos de bradar, enquanto não virmos reivindicados os direitos deste povo mártir.”<sup>53</sup>

A instituição eclesiástica alertava a população piauiense para os desmandos do Diretor da Instrução Pública, que estaria desrespeitando as famílias católicas, os professores e professoras

<sup>53</sup> “Guerra ao despotismo”. *O Apóstolo*. Ano III. N.º 120. Teresina, 10 de outubro de 1909, p. 2.

públicas, pois a maioria das aulas públicas era ministrada em casas de particulares, que pertenciam aos próprios professores. Assim, proibir o ensino religioso e determinar que as imagens e os quadros santos fossem retirados dos lares era uma agressão às mais antigas tradições das famílias católicas.

Miguel Rosa foi acusado de violar a privacidade dos lares, das suas crenças mais antigas e sagradas. Tanto o Governador como o Diretor da Instrução Pública foram atacados por seu ateísmo e por violar a consciência dos cristãos, tal qual déspotas que pretendiam governar o interior das casas de família como governavam seus subordinados no governo. Os clérigos enfatizavam que as famílias católicas, violadas em seus direitos, deveriam resistir à tirania de seus opressores, representantes das oligarquias locais e elevados ao poder pela fraude. O Governador estava entregue às algemas do maçonismo, opressor e impiedoso quanto às crenças da sociedade piauiense. O Diretor da Instrução Pública, ao determinar que as imagens e símbolos de qualquer seita religiosa fossem substituídos pelos retratos de benfeitores da humanidade, estaria agredindo hábitos seculares das famílias católicas, impondo veneração à Voltaire, Zola e outros escritores “pornográficos”, “intolerantes”, “monstros sociais”. Anísio de Abreu nada mais era do

que o símbolo de um governo opressor e envenenado de ateísmo, desorganizador da sociedade e disseminador de idéias subversivas. A população piauiense, frente a tais desmandos, foi chamada a reagir de forma enérgica contra os funestos planos da Maçonaria, contra os atos tirânicos do Governador, que tentava, a todo custo, amordaçar as consciências. Para os representantes da Igreja era impossível uma convivência pacífica entre católicos e governo, uma vez que este representava os interesses da Maçonaria, instituição perseguidora da Igreja, da Religião.

“Diante de todos esses fatos, que revelam a luta do Sr. Anísio de Abreu e do Sr. Miguel Rosa contra a religião católica e o desprezo com que os mesmos calcam os pés os direitos do povo e as leis da República, ainda haverá católicos que levem a sua pedra para a construção deste edifício de ódios e impiedade, de desvarios e crimes, de injustiças e opressões com que o Sr. Anísio de Abreu pretende honrar a Maçonaria em nossa terra?!”<sup>54</sup>

A Maçonaria era apresentada como o “abutre” dentro de um governo marcado por politicalha, desastres, erros, opressões, misérias e desatinos. Auxiliado por seus “comparsas maçônicos”, o Diretor da Instrução Pública do Piauí transformava-se num “imbecil” e num “carrasco da Religião do povo”. A Instrução Pública do Piauí, entregue a Miguel Rosa, era, na opinião dos católicos, manca, perniciososa, repleta de

<sup>54</sup> “Guerra ao despotismo”. *O Apóstolo*. Ano III. N.º 122. Teresina, 10 de outubro de 1909, p. 2.

abusos, misérias e crimes. Nada mais a fazer que não fosse declarar guerra ao maçonismo ignorante e atrevido, que desconsiderava as crenças seculares da sociedade cristã.

## **2.2. Uma educação de orientação católica**

Face à Proclamação da República brasileira, ao processo de secularização da sociedade e de suas instituições, a separação da Igreja do Estado não poderia trazer, na opinião dos católicos, a total sectarização das instituições. O Estado, ao se dizer laico, não poderia se tornar irreligioso, devendo incentivar a educação religiosa, que deveria permanecer como objetivo do Estado. Na opinião dos clérigos, os maçons e livres-pensadores eram os grandes responsáveis pela tentativa de exclusão da religião católica da vida da sociedade e, mais especificamente, das escolas. A instrução pública separada da religião feria a obra cristã e traria de volta o paganismo, sob o pretexto de incentivo às artes e às ciências.

“Foram-se os deuses da fábula, mas os vícios que os simbolizavam, germinam e crescem no coração dos homens dos denominados “espíritos fortes”, que, a exemplo dos gentios, expulsando São Paulo, não pedem ouvir as leis da moral, contrárias a seus hábitos e paixões; - confundem a licença com a liberdade, o gozo bestial com o amor, a pornografia com as artes, os

sistemas desvairados com as ciências, a cultura dos instintos com a instrução!”<sup>55</sup>.

Em 1910, Elias Martins, um dos redatores do jornal *O Apóstolo*, agora órgão ligado ao Partido Católico no Estado, tinha seu livro *Guerra Sectária* publicado pela tipografia *d'O Apóstolo*. O livro trazia a proposta clara de discutir a instrução pública no Piauí. A idéia mestra do autor era defender a não desvinculação do ensino religioso, da orientação católica.

As argumentações de Elias Martins encaminhara-se para a condenação do ensino laico e defesa do ensino religioso católico. Para este autor, o ensino laico, apregoado pelos denominados “espíritos fortes”, nada mais era que um ensino corruptor da moral cristã, da sociedade, uma vez que desviava a juventude da moral e dos bons costumes cristãos, tão defendidos pela Igreja Católica. Os “espíritos fortes” nada mais eram que inimigos da Igreja, da sociedade cristã. O ensino laico só traria infelicidades e corrupção de costumes seculares da sociedade.

“Dai esta sociedade infeliz, roída de apetites ferozes, combatida de ódios de tigres; - a prostituição, os crimes contra a propagação da espécie, o infanticídio, o

---

<sup>55</sup> MARTINS, Elias. *Guerra Sectária*. Teresina: Tipografia do Apóstolo, 1910, p. 1.

adultério, o suicídio, o roubo, os assassinatos são frutos dessa propaganda de ruínas e trevas.”<sup>56</sup>

A educação deveria ser vista como obra da providência, logo orientada somente por ela. O ensino laico era um dos grandes erros da sociedade moderna, marcada de erros e vícios. A obra de descristianização teria chegado ao Piauí, pois Jesus havia sido “desterrado das escolas sob o malhete de impiedade”. O próprio governador do Estado seria o demolidor da educação doméstica tanto pela palavra como pelo exemplo.

“É esta a situação desesperadora das famílias católicas que, representando a imensa maioria do Estado e da União, - não alcançaram, aqui, como em muitos outros pontos do país, a simples tolerância do ensino religioso nas escolas.”<sup>57</sup>

Na defesa do ensino religioso como um direito sagrado e inalienável, o católico fervoroso Elias Martins não via com bons olhos a criação da Escola Normal pelo Governo do Estado<sup>58</sup>. Escola laica para a formação de professoras, que fazia parte do programa de reformas na instrução pública do Piauí, junto com a criação das Escolas Normais em

<sup>56</sup> MARTINS, Elias. Op. Cit., p. 2.

<sup>57</sup> Idem, p. 4.

<sup>58</sup> A primeira Escola Normal Livre criada no Piauí em 1909 não foi iniciativa do governo do Estado, mas da Sociedade Auxiliadora da Instrução, apoiada por intelectuais e políticos que tinham ligações com a Maçonaria. Esses livres-pensadores pretendiam contrapor o ensino laico ao ensino religioso no Estado, que vinha se afirmando com a criação dos Colégios Católicos pela Diocese (Colégio das Irmãs e Colégio Diocesano). Em 1910 o governador do Piauí, Antonino Freire, criou a Escola Normal Oficial.

todo o país e que tinha por objetivo melhorar a formação de professores. Essas escolas firmaram-se no final do século XIX e início do século XX, momento em que era deficiente a instrução no Brasil, sobretudo por falta de profissionais qualificados<sup>59</sup>. Para Elias Martins, a Escola Normal, tendo como base o ensino laico, era um perigo para a sociedade piauiense, na medida em que as mulheres educadas para trabalhar com o ensino primário eram orientadas por mestres perigosos, contrários à Religião. Se era difícil compreender um homem sem crenças, como aceitar uma mulher que se deixava enganar pela atmosfera do modernismo?

Críticas foram dirigidas às escolas fundadas pela Maçonaria, consideradas errôneas por propagarem ensinamentos contrários aos ensinamentos cristãos, escolas que desviavam a juventude da moral e dos bons costumes. Era imprescindível alertar a sociedade sobre os males trazidos por tais escolas. Os católicos não deveriam frequentá-las, pois incorreriam em censuras eclesíásticas. As escolas maçônicas eram sinônimo de crimes e subversões.

“No mistério da noite, quando em suas sombras  
espessas, formigam, nas selvas, as feras e os répteis

---

<sup>59</sup> Sobre as condições da educação, sobretudo a feminina, no Estado do Piauí ver CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres Plurais*. Teresina: F.C.M.C., 1996.

peçonhentos, e, nas cidades, todas as concupiscências e todos os crimes, - abre-se a porta da escola maçônica para receber os vossos filhos.”<sup>60</sup>

As famílias piauienses tinham que estar alertas para o perigo que poderia causar a educação ministrada pela escola maçônica, um “alçapão sombrio”, uma “caverna de tenebrosos segredos”, uma escola onde as palavras eram cuidadosamente escolhidas com a firme intenção de ludibriar os educandos, convencendo-os a fazerem parte da “seita noturna”, que só contribuía para a demolição e ruína da sociedade. Reafirmava-se o mito da Maçonaria como uma seita funesta, com seus rituais macabros, diabólicos, propagando a irreligiosidade como forma de atingir a perfeição humana.

1

“Os seus processos são conhecidos e antigos; - cultivam os sentidos e pervertem a alma; - o que pretendem agora é a descristianização da mocidade, - é fazer nossos filhos “espíritos fortes” mais claro, - inimigos de Deus, irreverente aos pais, insubmissos à sociedade.”<sup>61</sup>

Todas as desqualificações eram apontadas às escolas maçônicas como sinônimo de ensino laico e, por conseguinte, associada, à educação sem Deus, em oposição à Igreja e à Religião. As escolas maçônicas seriam dissimuladas, cruéis, assassinas, aprisionando a

<sup>60</sup> MARTINS, Elias. Op. Cit. p. 9.

<sup>61</sup> Id. *ibid.*

juventude em suas idéias e costumes funestos e de perdição. O que mais contrariava os clérigos e seus colaboradores, na luta para assumir posições de mando na política local, através do Partido Católico, opositor ao partido governista, era o fato do governo do Estado estar associado à Maçonaria - membros do governo faziam parte da instituição maçônica. Acusavam o governo de perseguir os católicos, de incentivar a criação de escolas maçônicas, onde eram professados ensinamentos ímpios, positivistas, protestantes. Incomodava aos líderes católicos locais a presença da Maçonaria em vários segmentos da sociedade civil, principalmente no que se referia à instrução pública. O apoio do Governador do Estado à iniciativa da Maçonaria de criação de escolas era entendido como um abuso, uma situação intolerável. O Governador estaria algemado, escravizado pelas ordens dos “irmãos terríveis”.

“O chefe do Estado não pode ficar prisioneiro de uma associação carbonária, inimiga de Deus e dos homens, - que trabalha ininterruptamente, com a pertinência do ódio, para destruir as bases fundamentais da sociedade, cujos escombros aniquilarão também o desavisado governo que forneceu o estopim aos mineiros de catástrofe.”<sup>62</sup>

Tornava-se indispensável que a família católica estivesse unida contra os abusos e intervenções da Maçonaria na formação da juventude. O setor educacional era por demais importante como

---

<sup>62</sup> MARTINS, Elias. Op. Cit., p. 13.

construtor de uma sociedade correta e humana; a “seita funesta”, com seus ensinamentos não religiosos, em nada poderia contribuir para o bom andamento da sociedade, pelo contrário só traria o caos. Para os católicos, o momento tinha que ser decisivo, sendo necessário combater os inimigos sem hesitação, defendendo, de forma intransigente, os interesses da comunidade católica contra a educação envenenada das escolas maçônicas, maculadoras da imagem da sociedade cristã.

As escolas laicas, inspiradas no modelo francês, consideradas pelos clérigos escolas de desvarios, fortaleceriam as perseguições sofridas pela Igreja Católica e seus membros. Essas perseguições eram consideradas similares ao que ocorrera na França a partir de 1789. O processo de descristianização havia chegado à sociedade piauiense, agora perseguida em seus costumes mais seculares. As escolas laicas nada mais eram que escolas de irreligião, de destruição da instituição eclesiástica.

“Os templos invadidos e profanados, os sacerdotes agredidos, ameaçados na própria cátedra sagrada, o palácio do Bispo durante uma noite inteira cercado pela soldadesca desenfreada, a imagem de Jesus ostensivamente banida dos estabelecimentos públicos de instrução e o patrimônio diocesano tomado, a viva força, por um agrupamento sendioso – deram-nos ontem, a fase da política infame de Combes e Clemenceau; hoje as escolas sectárias, a lei corruptora que reformou o casamento civil, os processos de uma

ação secreta e insidiosa encaminhando o domínio não menos nefasto de Briand.”<sup>63</sup>

Para os líderes católicos, a perseguição religiosa no Piauí, naquele momento, contava com o apoio das autoridades locais, aliadas ao governo do Estado. A elite política estaria fechando os olhos frente aos ataques sofridos pela Igreja, sendo acusada de cruzar os braços diante da perseguição religiosa e, até mesmo, de fornecer munição aos inimigos da religião católica.

A sociedade piauiense assistia atenta ao debate entre as propostas educacionais da Igreja Católica e as dos livres-pensadores. As duas formas de pensar a educação feminina, por exemplo, tinham pontos em comum; na realidade os clérigos e os livres-pensadores disputavam a tutela feminina. Para a mulher estava reservado o papel social de esposa e mãe e, no que se referia à sua profissionalização, a escola laica propunha seu papel social centrado na educação dos jovens no ensino primário. O ponto divergente entre o modelo católico e o laico de educação dizia respeito à formação moral da mulher. No modelo laico de educação a mulher deveria estar longe dos dogmas e superstições da Igreja Católica. No discurso proferido por Cristiano Castelo Branco, paraninfo na colação de grau das professoras da Escola Normal, no ano

---

<sup>63</sup> MARTINS, Elias. Op. Cit. p. 15.

de 1924, em Teresina, fica claro que a instrução laica não pretendia formar uma mulher política, mas excluída da vida pública, isenta de paixões políticas. O máximo que lhe era reservado era o papel de educadora, a professorinha primária. Suas virtudes e sua superioridade de caráter estavam no fato de serem esposas e mães.

“A mulher política, a mulher eleitora, a mulher deputada, como a querem atualmente, é a mulher fora da sua finalidade. A mulher nasceu para ser mãe e para ser professora. Porque, se ‘ser mãe é desdobrar fibra por fibra o coração’, - ser professora é fazer do coração a fonte da sabedoria.

E nessas duas tarefas, que por serem sobremodo absorventes, não devem ser exercidas ao mesmo tempo por uma só pessoa, - está precisamente a grande utilidade, o luminoso destino da mulher, e em particular da mulher brasileira.”<sup>64</sup>

A escola e o lar, era esse o destino da mulher dentro da sociedade segundo os dois modelos de educação. Era necessário ainda ensinar a mulher a se portar na nova sociedade civilizada e urbanizada. Ensinar às mulheres as línguas estrangeiras, piano, geografia e desenho; mas também adverti-las dos males advindos com a vida mundana, construtora de modismos, com suas diversões perigosas: teatro, bailes e leituras de romances. Os romances mais perigosos seriam aqueles que traziam descrições eróticas e sensuais do cotidiano, por trazerem efeitos perigosos para o espírito fraco, impressionável e inexperiente.

1

<sup>64</sup> CASTELO BRANCO, Cristino. “Discurso”. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, 1924, p. 146/149.

### 2.3. Leituras proibidas

A Imprensa Católica no Piauí, através do órgão oficial da Diocese, *O Apóstolo*, esteve sempre preocupada em orientar as leituras das famílias piauienses, bem como combater a imprensa inimiga, que teria má influência sobre os leitores. Para a Igreja, interessava a expansão das publicações católicas, leituras de orientação católica em oposição às leituras de orientação anticlerical, tidas como perniciosas e subversivas, contrárias a todo o ideal cristão. As más leituras teriam uma influência direta sobre a vida cotidiana das pessoas, levando os menos esclarecidos a mudar seus hábitos, deixando de frequentar a igreja, de seguir a orientação católica. Nesse sentido, como não deixar a instituição eclesiástica de se preocupar com o que deveria ou não ser lido, com os maus livros? Os fiéis deveriam ser advertidos das publicações, precisavam saber o que eram as boas e más leituras.

A Igreja Católica esteve sempre atenta às leituras feitas pelos seus fiéis. Vigilante das publicações de jornais, livros, folhetins que não tinham orientação católica, contrários a verdadeira fé ou a moral cristã, eram consideradas, portanto, leituras de má qualidade para as

famílias cristãs. Assim, era proibido aos católicos ler diversas categorias de livros.

Essas “más leituras” poderiam contaminar os espíritos incautos, não preparados para interpretar as idéias contidas nessas publicações. Se os homens de doutrinas sãs podiam ser contaminados com as más leituras, o que dizer dos jovens menos experientes, ávidos de saber e sujeitos a todos os erros e enganos de interpretação das idéias modernas, corrosivas dos bons costumes? Para a instituição, era fundamental orientar as leituras, estabelecendo o que poderia ou não ser lido pela comunidade católica, pois esta deveria permanecer longe dos erros trazidos pelas doutrinas modernas.

“(…) Não se pode, portanto, negar que a Igreja Católica tem toda razão em proibir livros que expõem a perigo a fé ou a moralidade dos cristãos.

A Igreja Católica qual mestra infalível da verdade, expele de seu seio aqueles que negam um de seus dogmas ou ensinam uma doutrina oposta a eles. Por este motivo também proíbe sob pena de excomunhão que se leia ou conserve em seu poder os livros dos hereges ou apóstatas em que os mesmos defendem seus erros. Incorrem, portanto, nesta pena os que lêem livros de protestantes em que os mesmos defendem seus erros e atacam a doutrina católica, como também os que lêem revistas protestantes, embora seja um só número. Os jornais e folhetos protestantes não se podem ler sem que se cometa pecado mortal, porém não são proibidos sob pena de excomunhão. A mesma coisa cabe a respeito de outras seitas separadas da

Igreja Católica, como dos positivistas e espiritualistas.”<sup>65</sup>

Era proibido que se lessem ou guardassem em seu poder livros ditos obscenos, que tratassem de astrologia ou de outras formas de adivinhações e feitiços. Condenava-se os livros imorais, aqueles que atacavam ou ridicularizavam o sacramento do matrimônio ou pregavam o amor livre. Os romances também estavam na lista negra da Igreja, especialmente aqueles que, por suas narrações e descrições, procurassem excitar a sensualidade e os apetites depravados. Eram ainda proibidos os livros que pretendessem ensinar a predizer-se o futuro pelas estrelas ou pelas linhas da mão, explicar os sonhos, conseguir outras coisas por meios não considerados próprios pelas doutrinas da Igreja Católica.

Com relação às edições da Sagrada Escritura em língua vulgar, eram proibidas aquelas que não estivessem expressamente aprovadas pelo Papa ou acompanhadas de notas explicativas. Não podiam ser lidas as edições protestantes da bíblia.

Alguns escritores eram considerados malditos, verdadeiros inimigos da Igreja e da Religião, logo terminantemente condenável

---

<sup>65</sup> Jonjams. “Hábitos condenáveis”. *O Apóstolo*. Ano I. N.º 39. Teresina, 16 de fevereiro de 1908, p. 3.

possuir ou ler suas obras: Voltaire, Zola, Victor Hugo e Ernesto Renan, entre outros

No livro do Tombo da Diocese do Piauí foi possível encontrar uma dessas determinações do Bispo diocesano, proibindo aos fiéis a leitura do livro “História das Religiões no Piauí”, do livre-pensador e maçom Higino Cunha. Assim determinava o prelado:

“Portaria n.º 2, de 24 de julho de 1924 em que o Sr. Bispo Dom Severino de Melo, proíbe a leitura intitulada “História das Religiões no Piauí”, que contém um acesso de inverdades históricas, de calúnias e de impiedades contra todas as verdades e práticas da Religião e contra o clero.”<sup>66</sup>

Para a Igreja era difícil aceitar a posição de Higino Cunha pois se, quando da chegada do primeiro bispo ao Piauí, fez o discurso de recepção do prelado diocesano, enaltecendo a criação do Bispado e a religião católica, participou da redação de muitos artigos no jornal católico *O Apóstolo*, logo depois lançava “impiedades” contra a Igreja e seus dogmas. Higino Cunha seria então, na opinião dos clérigos piauienses, um intérprete vigoroso da Maçonaria, da lei de sua seita, extremista na prática de suas idéias. Defensor da Maçonaria que, escondido ou não, sempre estava atacando a Religião e seus dogmas. Era “Lúcifer fazendo-se de Rafael”.

<sup>66</sup> Livro do Tombo da Diocese do Piauí. Teresina, 09 de agosto de 1952 (1/03).

Na realidade, toda publicação realizada pela imprensa maçônica era considerada perniciosa, perigosa para o bom andamento da sociedade cristã. Assim, era necessário não confiar na “imprensa ímpia”, cheia de mazelas e crimes, representante da “seita nefasta”, mentirosa e hipócrita. Nas páginas *d’O Apóstolo* podia-se ler sobre o jornal anticlerical *O Monitor*:

“ O Monitor, atualmente, não é mais do que uma propriedade da Maçonaria, para combater a Religião Católica, injuriar o clero e espalhar suas doutrinas deleterais.

Todos os católicos conhecem quais têm sido as idéias e as campanhas de ontem, sustentadas pelos Srs. Abdias e Miguel Rosa, homens que procuram a todo o transe guerrear a Religião Católica, perturbadores da ordem pública, que, em seus desvarios e em suas investidas, não respeitam o que há de mais sagrado para as famílias católicas.”<sup>67</sup>

A redação do periódico católico conclamava as famílias católicas a não assinarem *O Monitor*, órgão da Maçonaria que tinha como redatores-chefes os principais opositores da Igreja no Estado, os livres-pensadores e maçons Miguel Rosa e Abdias Neves. O periódico católico trazia sempre em suas páginas semanais a chamada: “Não assinem o Monitor, órgão da Maçonaria de Teresina”.

<sup>67</sup> “Alerta, Católicos”. *O Apóstolo*. Ano III. N.º 109. Teresina, 11 de julho de 1909, p.2.

A igreja ultramontana pretendia um controle total sobre o mundo moderno. Procurava esse controle em vários segmentos da sociedade civil; censurando a imprensa considerada ímpia, controlando as publicações e sua leitura pelos fiéis, lançando seus tentáculos no sentido de controlar todo o sistema educacional.

A instituição eclesiástica não se manteve alheia ao que era impresso e lido pela comunidade católica. A leitura era vista como um perigo, uma ameaça grave ao modelo tradicional da família católica. A preocupação da instituição não era banal, mas explicável frente à conjuntura da época. O final do século XIX e início do século XX foi marcado por transformações evidentes na sociedade, novos costumes e novas idéias foram expostas à sociedade moderna. Foi atuante a ação da imprensa maçônica e anticlerical, que fazia duras críticas à Igreja, a seus dogmas e a seus ministros. Como um forte meio de comunicação da época, a imprensa anti-católica tentava se afirmar fazendo oposição à imprensa católica.

Havia interesse por parte do poder público com a instrução da população, bem como uma preocupação da Igreja em relação à proliferação de escolas laicas, ligadas à Maçonaria ou ao Estado laico.

Preocupava-se a Igreja com a difusão de uma literatura sempre hostil à Religião, seus rituais e preceitos. Nesse sentido era imprescindível um olhar sempre atento e vigilante sobre as “más leituras”, que precisavam ser denunciadas.

Fazendo um levantamento preliminar dos livros que não podiam ser lidos pela comunidade católica teresinense, foi possível detectar que, em especial, dois livros foram condenados pela Igreja, no Piauí, no início do século XX: “História das Religiões no Piauí” e “Um Manicaca”, o primeiro de Higino Cunha e o segundo de Abdias Neves, ambos livres-pensadores e maçons. Nas páginas do jornal católico *O Apóstolo*, podia-se ler:

“Prevenimos aos católicos que o romance ‘Um Manicaca’, do Sr. Abdias Neves, é um acervo de imoralidades guisadas com blasfêmias. Repilam as famílias essa pornografia preparada para os alcouces e indigna de entrar no santuário dos lares.

Em tempo oportuno publicaremos uma análise dessa obra que veio escandalizar a parte sã da sociedade teresinense.”<sup>68</sup>

Constata-se que as leituras faziam parte do centro das atenções do discurso da Igreja Católica. A maior parte dos livros era considerada má por contradizer os dogmas e os costumes cristãos. Ler

<sup>68</sup> “Aos pais e mães de família. *O Apóstolo*. Ano III. N.º 126. Teresina, 7 de novembro de 1909, p. 4.

era visto sempre como um perigo, que deveria ser fiscalizado, vigiado, olhado atentamente, pois o leitor incauto era incapaz de discernir a boa da má leitura, daí porque a Igreja ter a missão precípua de defender os fiéis contra as leituras e a imprensa ímpia. A instituição eclesiástica via o leitor como ingênuo, logo manter um olhar vigilante sobre as leituras se constituía não só um direito, mas um dever, dever de proteger as famílias, a comunidade contra as más leituras.

Os fiéis eram aconselhados a não ter contato com os maus livros, que eram escritos por revoltosos, irreligiosos. Abdias Neves, por exemplo, teve sempre a sua imagem física comparada ao diabo. O livre-pensador era sempre descrito como um indivíduo chifrudo, de rabo, com um tridente nas mãos e um nariz enorme e assustador. Abdias Neves estaria sempre acompanhado do diabo sendo, muitas vezes, até mais perigoso que o próprio “bicho chifrudo”.

Era necessário, então, vigiar e denunciar os maus livros, como também os maus jornais, formadores da imprensa ímpia. No Piauí, alguns periódicos preocupavam o clero: *O Piauí*, *O Comércio*, *O Monitor*; todos divulgadores de idéias consideradas perigosas ao bom

andamento da sociedade piauiense. A redação do *O Apóstolo* propagandeava:

“Prevenimos ao povo católico em geral e aos nossos amigos do centro do Estado, que não se deixem levar pelas ciladas do Sr. Antonino Freire, que tem particularmente de saber trabalhar às ocultas.

‘O Monitor’ é órgão oficial da Maçonaria, semi-oficial do governo e inimigo de Deus e da religião que professamos. Cuidado, povo católico! Cuidado com a cilada do Sr. Dr. Antonino Freire.

Quando é que S. Exa. fala a verdade: quando escreve aos católicos, fazendo aquelas asserções, ou quando o ímpio jornal ‘O Monitor’ insulta, em suas páginas, o Catolicismo, e aos seus ministros?”<sup>69</sup>

Visando sempre a desqualificação dos impressos anticlericais, o clero católico argumentava que a imprensa, que deveria ser uma fonte inesgotável de virtudes e sabedoria, teria se transformado em instrumento de negras paixões, em veículo de propaganda de corrupção e erros. Os jornais anti-católicos seriam os “Estupradores da imprensa”, veiculando uma propaganda mentirosa, envenenada e funesta contra a Igreja, contra o clero. A imprensa anti-católica era considerada como inimiga da ordem e da justiça, da moral e da religião, assim fundamental que a opinião pública reprovasse tal imprensa, impedindo a entrada de tais periódicos em seus lares. Os católicos deveriam estar

<sup>69</sup> “Ao Povo Católico”. *O Apóstolo*. Ano III. N.º 125. Teresina, 31 de outubro de 1909, p. 6.

atentos a esses impressos imorais e irreligiosos, deformadores dos costumes tradicionais salutarés das famílias, da ordem estabelecida.

Em Teresina, no início do século XX, ocorreu a proliferação de impressos de tendência maçônica e anticlerical, fato que despertou a atenção da imprensa católica na definição do que deveria ou não ser lido pelas famílias católicas. Assume a Igreja a “missão pedagógica” de instruir os leitores sobre o que seriam as leituras corruptoras da juventude, pois esses impressos eram imorais e irreligiosos, não poderiam ser lidos por um público pouco preparado, ingênuo, fácil de se deixar levar pelas idéias ali contidas. As críticas eram no sentido de desqualificar toda e qualquer publicação que desviasse a sociedade cristã de seu modelo tradicional. Os romances eram perniciosos por despertarem desejos, paixões profanas, nocivos à moral e aos bons costumes. Fundamental era denunciá-los, bani-los da sociedade. Todos os impressos de tendência anticlerical eram considerados hostis à Igreja, evidente, pois, a necessidade de se propagandear sua imagem negativa de mau livro, de má imprensa. Era missão da imprensa católica advertir aos fiéis contra essas más leituras, defender a Igreja e o clero.

“Quanto aos fiéis, vivem na tibieza culposa e na fraqueza diante das tentações de um mundo que não cessa de solicitá-los. Ainda mais seriamente do que no

passado, já que agora têm um alcance universal, o livro e a imprensa constituem os vetores principais de uma crise de valores e costumes que deixa entrever um mundo no qual a cultura poderia, de modo definitivo, deixar de se organizar em torno da crença religiosa e da ordem católica.”<sup>70</sup>

O texto impresso era alvo do olhar atento e vigilante da Igreja por ser um forte mecanismo de difusão das posições anticlericais, tão hostis à instituição eclesiástica. Era perigoso por caluniar a Igreja, seus dogmas, sua moral e sua história. Era o grande responsável pela mudança de comportamento dos fiéis, que passaram a freqüentar pouco os sacramentos.

#### **2.4. Filha, mãe e esposa: A educação das mulheres**

Como já afirmado anteriormente, tanto o modelo católico como o modelo laico de educação para as mulheres propunham que essas fossem, fundamentalmente, filhas, esposas e mães. A mulher não deveria se deixar levar pelas idéias modernas ou pelo feminismo exacerbado. Sua função deveria estar limitada aos afazeres domésticos, ou seja, educar os filhos e zelar pelo bem-estar da família, elementos estes que a qualificavam como exemplo de moral e virtude. O ponto divergente entre o pensamento religioso e o laico referia-se à influência da religião

---

<sup>70</sup> CHARTIER, Anne – Marie e HEBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura*. 1880/1980. São Paulo.

na formação feminina. Higino Cunha, maçom, livre-pensador, anticlerical, assim expressava seu ponto de vista com relação à instrução feminina:

“A mulher deve ser companheira do homem também nos gozos inefáveis do talento e do querer, instruindo-se não no sagrado coração e no confessionário, mas diante dos laboratórios de física e química, saturando-se do puro oxigênio do ar em que se expandem as ciências positivas, que constituem a flora exuberante deste século memorável. Ela é bem capaz de identificar-se com o espírito livre dos tempos presentes, sem prejuízo dos encargos domésticos, que devem ser a sua principal preocupação. É uma questão de método e divisão do trabalho. Tudo o que afastá-la em absoluto desses encargos, obcecando-lhe a mente, é um elemento nocivo para a família e para a sociedade.”<sup>71</sup>

Percebe-se que não havia uma incompatibilidade total entre o projeto católico e o projeto laico para a educação feminina. O catolicismo conservador, monarquista, antiliberal, antifeminista, não se contrapunha de forma absoluta aos segmentos modernizantes, liberais e republicanos da sociedade moderna.<sup>72</sup> Para a nova ordem social, mergulhada na modernidade, na urbanização, era importante que a mulher dominasse a leitura, a escrita, a maneira de conversar; que

---

Ática, 1995, p. 35.

<sup>71</sup> CUNHA, Higino. *A Educação feminina e o regime conjugal*. Revista da Academia Piauiense de Letras. Teresina. Ano VII. Maio, 1924, p. 49.

<sup>72</sup> MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina (1859/1919): uma face do conservadorismo*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1996.

soubesse conhecer o mundo além das fronteiras do lar. Porém, o espaço reservado à mulher, na vida pública, limitava-se à sua postura de uma mulher educada e educadora de futuras gerações, não sendo permitido pretensões no que se referisse à participação política. Ao contrário, a mulher deveria estar longe das paixões políticas, nunca confundir sua participação em eventos sociais, com participação de maior envergadura no cenário político-social. Era interessante uma educação voltada para o polimento sociocultural das mulheres, mas não se pretendia uma educação feminina voltada à profissionalização. Quando muito, as mulheres receberiam instrução para se tornarem professoras primárias. Na realidade, os intelectuais liberais não viam com bons olhos futuras reivindicações das mulheres pela conquista de direitos civis, manifestando repulsa quanto à emancipação feminina. Era interessante para católicos e livres-pensadores mulheres educadas para as prendas domésticas, damas culturalmente polidas e boas donas de casa, jamais mulheres que viessem a fazer reivindicações políticas, pretendendo maior espaço na vida pública.

“O catolicismo conservador partia do suposto de que as leis divinas e naturais teriam estabelecido as tarefas domésticas como domínio próprio das mulheres e as atividades sociais e cívicas como domínio masculino, com a preponderância das últimas sobre as primeiras. Assim, toda proposta de profissionalização feminina ou concessão de direitos cívicos às mulheres era entendida

como atentado às leis criadas por Deus, um retrocesso à barbárie, o desmoronamento da sociedade civil”.<sup>73</sup>

Nota-se que o modelo de educação católica estava em consonância com a orientação política ultramontana da Santa Sé, que reagia às idéias modernas: ao capitalismo, ao iluminismo, ao liberalismo; enfim a todas as idéias que colocassem em julgamento a moral e os dogmas cristãos. A Igreja via nessas idéias um perigo para a sociedade, pois liberdade de pensamento e de consciência, liberdade social e política eram sinônimos de revolução, que por sua vez trazia o sinal do caos social, da subversão, da destruição da ordem estabelecida.

73. MANOEL, Ivan Aparecido. Op. Cit., p. 32.

---

73 MANOEL, Ivan Aparecido. Op. Cit., p. 32.

### **3.A LITERATURA ANTICLERICAL**

#### **3.1.Clericalismo e Anticlericalismo: inimigos irreconciliáveis**

Para discutir as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí no início do século XX, é necessário definir o que vem a ser anticlericalismo, cujo estudo só é possível em relação ao universo da religião enquanto instituição.

Os termos clericalismo e anticlericalismo serão entendidos, aqui, como termos contemporâneos, complementares e irreconciliáveis, na medida que não podem ser analisados separadamente, só podendo ser concebidos como antagônicos. Clericalismo e anticlericalismo entendidos como termos que se complementam e se antagonizam, movidos por algumas idéias mestras, que estão presentes nas polêmicas que envolvem clericais e anticlericais.

O termo anticlerical surgiu em 1852 na França, em oposição a clerical, referindo-se ao que é próprio dos clérigos. Já em 1848, também na França, se encontrava a utilização do termo clerical, que teve sua utilização mais intensa em jornais e livros a partir de 1860. Como

uma oposição ao termo clericalismo, surgiu o termo anticlericalismo, cujos defensores se propunham a combater a Igreja e sua intolerância. Para os anticlericais era grande o medo de que a Igreja se apoderasse do poder, recobrando o controle do espírito público, restabelecendo o reino da intolerância, da superstição e da inquisição. A proposta anticlerical procurava libertar a sociedade da tirania do irracional, da superstição. Para os adeptos do anticlericalismo, era necessário que a sociedade civil se tornasse independente de qualquer influência da Igreja, pois tal influência era maléfica e perniciosa. Foram os anticlericais propagadores das idéias de separação da Igreja do Estado, hostis a ingerência do clero na vida privada ou nas atividades públicas.

Os anticlericais e livres-pensadores, adeptos das idéias positivistas de ordem e progresso, achavam-se com uma missão: libertar a sociedade da ignorância e superstição imposta pela Igreja de Roma. Condenavam-na, assim, os profetas do progresso, do desenvolvimento. Para eles somente com a destruição da Igreja Católica, enquanto instituição, seria possível alcançar aqueles ideais, pois essa instituição era corrupta e, por sua vez, corruptora de toda a sociedade. A população viveria à mercê de uma organização religiosa incoerente com a moral tão

propalada por ela. Era necessário, então, denunciá-la, mostrando à sociedade suas incoerências e contradições.

O termo anticlerical foi contrário à pretensão do catolicismo ultramontano de subordinar a autoridade temporal à autoridade eclesiástica. Mas é necessário deixar claro que anticlericalismo não se confunde com ateísmo, com anticristianismo, nem com anticatolicismo, embora tenha como inimigo o clericalismo. O que era proposto pelo anticlericalismo era a limitação da influência da religião na sociedade civil, não se confundindo com indiferença religiosa.

“(...) o aparecimento na língua política dos vocábulos clerical e anticlerical, clericalismo e anticlericalismo, é aproximadamente concomitante: opera-se entre os anos 1850-1870. Essa emergência simultânea marca um momento decisivo na história do anticlericalismo: não se registra seu nascimento. Exprime uma reação, que então se desenvolve, particularmente vigorosa, contra a subida do ultramontanismo, contra a obstinação do Papa em querer conservar sua autoridade suprema temporal ao encontro da aspiração legítima do povo italiano em aperfeiçoar sua unidade política, contra as intervenções dos bispos e as pressões dos fiéis para obrigar o governo a sustentar Pio IX, mas também contra um certo estilo de catolicismo, contra o Sillabus e a infalibilidade pontifical, contra as novas devoções, a multiplicação dos milagres e aspirações sobrenaturais(...)”<sup>74</sup>

<sup>74</sup> REMOND, René. Op. Cit. , p. 09-10.

Em seu trabalho “Idéias em confronto”, o pesquisador Carlos Alberto Balhana, assim se expressa ao se referir ao anticlericalismo:

“Não se trata, em absoluto, de uma ideologia complexa. Ao contrário, é muito clara e gira em torno de temas muito simples, ainda que de temperaturas altas, como a intolerância, a hipocrisia, o poder do Papa, o jesuitismo , o ensino religioso”<sup>75</sup>

A proposta anticlerical não colocava em julgamento o cristianismo enquanto religião, mas a instituição da Igreja Católica Apostólica de Roma, bem como seus membros, que teriam um comportamento duvidoso, agindo em desacordo com o que eles mesmos professavam. Estariam, então, pregando o que, na prática, não eram capazes de cumprir. Clérigos com uma vida sexualmente ativa e pregando o celibato, membros de uma instituição rica e falando da pobreza.

O termo anticlericalismo define-se por referência a seu antagonista o termo clericalismo. Sem clericalismo não há como falar de anticlericalismo. O anticlericalismo trava combates contra o poder e a intolerância da Igreja, sendo este um dos pontos mais fortes da polêmica anticlerical. O temor anticlerical é que a Igreja se apodere do poder, recobre o controle do espírito público, restabeleça o reino da intolerância

---

<sup>75</sup> BALHANA, Carlos Alberto de Freitas. *Idéias em confronto*. Curitiba: GRAFIPAR, 1981. p. 12.

e da inquisição. A proposta anticlerical é de libertar a sociedade civil do irracional, da superstição. A polêmica anticlerical gira em torno de temas tais como a intolerância da Igreja, o jesuitismo, a hipocrisia dos clérigos. O anticlericalismo interessa-se pelo ensino, pelas idéias, pelos costumes livres da presença dogmática do clero.

Os anticlericais denominam-se, antes de tudo, livres-pensadores, racionalistas. Propõem a independência da sociedade civil, como partidários da separação da Igreja-Estado, hostis à ingerência do clero na vida privada ou nas atividades coletivas. São anticlericais todos aqueles que não compartilham da maneira pela qual os clericais concebem as relações entre as duas sociedades ou as relações entre religião e vida profana. São adversários das doutrinas ultramontanas, que caracterizavam o espírito da Igreja Católica no final do século passado e início deste, tentando subordinar a autoridade temporal à autoridade eclesiástica. Não se confundem com ateus, pois estes negam a existência de Deus. Os anticlericais podem até fazer profissão de fé deísta, aderindo à idéia da existência de um Ser Supremo. Não são irreligiosos militantes, apenas pretendem conter o avanço da influência da religião, sobretudo católica, dentro dos limites da sociedade civil. Não são indiferentes à religião, não são anticristãos, propõem apenas que o cristianismo volte à

sua pureza original. Definem-se, categoricamente, por oposição ao clericalismo.

O termo clericalismo é anterior a anticlericalismo. Só pode existir onde há clero constituído, separado, hierarquizado. Clericalismo como atributo das religiões que permitem a existência de um clero, onde há a distinção entre clérigo e leigo. A presença do clericalismo marca a influência excessiva do catolicismo na vida dos indivíduos, pela tentativa de subordinar a sociedade civil à sociedade religiosa, impondo regras e métodos de vida da sociedade eclesial à sociedade civil, costumes e comportamentos do mundo eclesial ao mundo civil.

O anticlericalismo, como antagônico ao clericalismo, vem justamente condenar a intervenção do religioso no civil, propor a separação do religioso do profano, a independência do Estado em relação à Igreja, a liberdade de consciência, criticando o catolicismo romano, a hierarquia da Santa Sé e das ordens religiosas.

Para o historiador francês René Remond, existem vários tipos de anticlericalismo, desde o vulgar, popular, jocoso, ao mais elaborado intelectualmente no campo das argumentações teóricas contra

a Igreja e seu passado. No caso do anticlericalismo popular e jocoso, há uma ênfase sobre os hábitos dos padres e as relações entre frades e freiras. Coloca os clérigos em contradição com eles mesmos. Denuncia a imoralidade dos clérigos e o imoralismo da religião. Questiona o fato dos clérigos formarem um corpo distinto do resto da sociedade, separado dos outros homens, pretendendo ser diferentes, formando uma categoria à parte da sociedade. Ridicularizam a batina, o barrete, a tonsura, as apelações, o celibato eclesiástico, tudo o que possa diferenciá-los da sociedade civil.

A Igreja também é criticada em vários aspectos pelos anticlericais. Um forte argumento é o fato da Igreja ameaçar a autoridade do Estado, querendo se constituir um “Estado dentro de Estado”, de ameaçar a Nação, os indivíduos e as famílias. O anticlericalismo é antipapal e contra o ultramontanismo. A autoridade do papa ameaça a autoridade do chefe da Nação, não coincidindo com o interesse nacional, ao contrário, colocando-se contra ele. O clericalismo seguiria uma política contrária ao interesse nacional.

“Perigosa para a autoridade do Estado, periculosa para a independência nacional e a unidade moral do país, a existência de uma casta clerical constituída em sociedade à parte, com suas próprias leis, muito ligada a seus privilégios, resolvida a defender seus interesses

por todos os métodos, também uma ameaça para os indivíduos e para as famílias”<sup>76</sup>

Os padres são acusados de comprometerem a unidade da família, de intrometerem-se entre os cônjuges. O confessionário seria o lugar privilegiado dos padres para dirigir as consciências, para penetrar nos segredos íntimos da família, na intimidade conjugal.

A crítica anticlerical é muito forte no que diz respeito ao ensino confessional, acusado de formar maus cidadãos, jovens com um comportamento passivo, resignado, dóceis e obedientes; consequência de um ensino carregado de imoralismo e vícios, “hostil ao progresso das luzes”.

“(…) A religião está muito interessada na manutenção da ignorância para consentir no desenvolvimento da instrução e na difusão dos conhecimentos. Hostil ao progresso das “luzes”, ela é para quase todos os anticlericais, um “obscurantismo” e os irmãos que ensinam são cognominados os “ignorantins”. O apagador é um dos símbolos mais falantes do clericalismo visto por seus adversários. A rivalidade entre o ensino público e as congregações, entre a Universidade e a Igreja, ultrapassa infinitamente em valor e significação a simples disputa de duas instituições concorrentes que disputariam uma mesma clientela. Dois princípios antagonistas se afrontam, duas concepções de razão, duas culturas. Os anticlericais diziam no século XIX: a civilização e as trevas(…)”.<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup> REMOND, René. Op. Cit., p.25

<sup>77</sup> Idem., p. 32.

O catolicismo estaria contra a evolução, o progresso dos costumes, das instituições. Só com o fim do clericalismo a sociedade poderia entrar na rota do progresso, do desenvolvimento. O clericalismo é sempre identificado com “as cores da noite” e o anticlericalismo com a luz.

“(…) Tudo o que se relaciona ao clericalismo e à religião tem as cores da noite: o hábito eclesiástico, o símbolo do corvo, a imagem do apagador. O anticlericalismo se identifica com a luz: a do dia, também a do conhecimento que ilumina os espíritos(…)”.<sup>78</sup>

Assim, o anticlericalismo só pode ser entendido em uma sociedade onde a presença da religião está definida, existindo escola confessional que afirme sua presença, numa intensidade da prática religiosa e marcante presença da Igreja Católica, organizada de forma rígida, hierarquizada, com um clero bem distinto do corpo social laico.

---

<sup>78</sup> REMOND, René., p. 39.

### 3.2. “Um Manicaca”: romance anticlerical

“As moças riram-se Manicaca? Manicaca é aquele que é dirigido pela noiva, é o marido governado pela mulher. Manicaca? Repetiram, rindo-se, as moças.” (Neves, 1985: p.24).

No Piauí, a produção literária de conteúdo anticlerical foi intensa entre 1902 e 1914, momento em que aumentavam as tensões entre Igreja e Maçonaria. Os livres-pensadores criticavam a Igreja, seu poder e suas pretensões políticas, consideradas ameaçadoras. Era necessário combater a sua influência sobre a consciência do povo. Nesse contexto, destacou-se a figura de Abdias Neves<sup>79</sup>, literato, livre-pensador e maçom, um dos arautos dos novos tempos e das novas idéias na sociedade piauiense do final do século XIX e início do século XX. Para afirmar seu discurso utilizou-se da imprensa, da vida político-partidária, da Maçonaria e da literatura. Escreveu o romance de costumes “Um Manicaca” entre 1901 e 1902, publicado somente em 1909.

Ao analisar a produção literária de conteúdo anticlerical no Piauí, escolhemos o romance de costumes “Um Manicaca”. O propósito

---

<sup>79</sup> Abdias Neves nasceu em 1876 e morreu em 1928. Formou-se Bachareu em Direito pela Faculdade do Recife em 1898. Foi Juiz Federal, Senador da República, escritor, jornalista e professor de inglês, alemão e lógica no Liceu Piauiense; e de Pedagogia da Escola Normal Oficial. Dentre muitas outras atividades públicas. Participou ativamente das polêmicas anticlericais no Piauí no início do século XX.

é identificar e analisar as críticas feitas pelo autor à Igreja Católica, suas práticas e seus representantes. A escolha do romance “Um Manicaca” deve-se ao fato de ter sido o primeiro romance editado no Estado e, sobretudo, por reconstituir o clima anticlerical característico da sociedade piauiense no início do século XX.

Abdias Neves, em “Um Manicaca”, documentou a vida de Teresina nos tempos finais do século XIX e início deste. Sustentou suas idéias anticlericais, condenou os ritos, crenças e processos religiosos da Igreja Católica. Viu na Igreja uma instituição rica e hipócrita e, no seu clero, os grandes males existentes na sociedade piauiense.

O autor de “Um Manicaca” nasceu em Teresina, capital do Piauí. Formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Recife, em 1898. Exerceu algumas funções públicas. Participou ativamente da imprensa local como fundador e redator de diversos jornais de cunho político e anticlerical.

Como literato, livre-pensador e maçom, Abdias Neves foi, juntamente com Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e Matias Olímpio, um dos grandes críticos de sua época aos valores tradicionais da sociedade

piauiense. Viveu o conflito de cunho político-ideológico entre católicos e maçons do final do século XIX e início do século XX. Suas idéias foram influenciadas pela Escola do Recife, que teve em Tobias Barreto e Sílvio Romero seus grandes representantes. Esta Escola questionou e reviu antigos e tradicionais valores e defendeu a doutrina positivista que veio a influenciar o discurso anticlerical no Piauí. Ali predominavam as idéias ligadas ao realismo e ao naturalismo. A sociedade era entendida como um organismo obediente às leis biológicas do crescimento e morte. O método científico era utilizado para entender o desenvolvimento da sociedade humana. Cultuava-se a ciência, o evolucionismo, o liberalismo, o determinismo, o antiespiritualismo, o naturalismo, bem como seus maiores representantes: Darwin, Comte e Spencer. As teorias naturalistas de Zola influenciaram o romance de costumes de Abdias Neves, “Um Manicaca”. Acreditava na arte em confronto com a natureza, onde o método científico era utilizado na observação e experimentação, no tratamento dos fatos e dos personagens. Visão materialista do homem, da vida e da sociedade. O homem entendido como uma máquina, sujeito às leis físicas e químicas, pela hereditariedade e pelo meio físico e social.

“Um Manicaca” foi escrito no momento que se travava o debate entre as formas de pensar e agir tradicionais e as novas, que propunham uma sociedade inspirada nos ideais propostos pela Revolução Francesa. Ideais de igualdade, fraternidade e liberdade, sendo que os livres-pensadores e anticlericais se consideravam os arautos desses novos ideais. Passaram, então, a criticar a Igreja institucionalizada. Consideravam-na propagadora de idéias retrógradas, disseminadora da ignorância e da superstição no seio da sociedade.

“Abdias Neves, seja enquanto crítico, seja enquanto romancista, creditava à literatura uma missão pedagógica; defendia em sua produção crítica uma poesia ‘objetiva’, consoante aos modelos cientificistas em voga na Europa e no Brasil no final do século XIX (...) ao criar um romance naturalista, que realizava o projeto dos intelectuais piauienses de seu tempo, de difundir, através da literatura, as teses cientificistas, como forma de denunciar o anacronismo da Igreja. O retrato da capital do Piauí esboçado em Um Manicaca mostra uma sociedade estagnada e imobilizada pelo poder da religião católica (...)”<sup>80</sup>

Através de “Um Manicaca”, romance de costumes e tipos<sup>81</sup>, o primeiro do gênero na literatura piauiense, Abdias Neves defendeu

<sup>80</sup> MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. *Literatura Piauiense – Horizontes de Leitura e Crítica Literária (1900 – 1930)*, Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1998, p. 414/415.

<sup>81</sup> Para Magalhães “O Naturalismo tardio de Um Manicaca não constitui, entretanto, um exemplo de atraso cultural. Trata-se, na realidade, de uma adequação formal à temática que apaixonava os intelectuais do Estado naquele momento. Por seu cunho cientificista e moralista, a estética naturalista apresentava-se como o melhor modelo para denunciar os erros imputados à Igreja Católica, seja no campo do conhecimento, seja no campo da moral”. MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. *Literatura Piauiense – Horizontes de Leitura e Crítica Literária (1900 – 1930)*, Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1998, p. 407/408.

suas idéias anticlericais, quando condenou a Igreja Católica – seus ritos, crenças e processos religiosos. Utilizou-se de uma trama simples:

“O triângulo amoroso de que fazem parte D. Júlia, seu marido Araújo e seu amante Luiz Borges (...) contrariada pelo pai na sua pretensão de casar com Luiz Borges, recusado por ser um simples guarda-livros, D. Júlia torna-se sua amante. Descobertos pelo pai, Luiz Borges foge para o Pará e D. Júlia é obrigada a casar com o viúvo Araújo, homem mais velho, com uma filha já moça e sócio de seu pai. Frustrada se vinga maltratando o marido, que, na esperança de conquistá-la, se submete a todos os seus caprichos. Contudo, com o retorno de Luiz Borges, que se torna sócio de Araújo, reata-se o caso entre os dois. Padecendo de tuberculose, em estágio terminal, Araújo assiste, sem reação, ao adultério entre a mulher e o sócio, na ilusão de conseguir separá-los. Mas, após um desfalque na loja, D. Júlia e Luiz Borges fogem para Caxias, no Maranhão, enquanto Araújo morre na tentativa desesperada de alcançar os fugitivos”<sup>82</sup>

São apresentados ainda, na narrativa, o namoro e casamento do Dr. Praxedes, bacharel formado na Faculdade de Direito do Recife e crítico da sociedade piauiense da época; e a doença da religiosa Candoca.

Abdias Neves retratou uma Teresina suja, sem conforto, vivendo do pequeno comércio, atrasada, submissa aos mais diversos tipos de tabus, preconceituosa, onde a religião católica, através de seus

<sup>82</sup> Magalhães, Maria do Socorro Rios. *Um Manicaca: romance - manifesto do positivismo no Piauí*. Teresina: APeCH/UFPI. 1995, p.13.

representantes, dominava as formas de agir e pensar da sociedade. Descreveu prelados que mais condenavam as práticas sociais que ensinavam sobre religião.

Através do discurso do personagem Ernesto, estudante de Direito, recém-chegado à sua terra natal, Teresina, o autor expressou seu pensamento positivista ao referir-se à religião e à Igreja.

“... É a infância do espírito. Interviesse a razão - com a ciência esclarecendo os fatos, e a ciência estudando as suas relações - e essas barreiras seriam transpostas. Todo o interesse do padre, porém, é manter esse estado rudimentar. E faz tudo para o manter: alimentar essas credices, impede a renovação das idéias proibindo que a mulher leia jornais e romances; mata-lhe o raciocínio, habituando-se a se entregar, inteiramente, às preocupações de Deus quando se concentra; habitua-se a desconfiar de tudo que não vem da Igreja...”<sup>83</sup>

E continua...

“... Não sou religioso, sou um espírito forte, emancipado das impressões da infância. Li, meditei muito e despedacei os laços que me prendiam à Igreja. Fiquei, porém, tolerante e, confesso-lhe, vejo com simpatia não a superstição, o culto pelo padre, mas uma certa religiosidade, uma certa crença nas mulheres. É uma influência benéfica”<sup>84</sup>

---

<sup>83</sup> Neves, Abdias. *Um Manicaca*. Notas explicativas A Tito Filho. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985, p. 67.

<sup>84</sup> *Idem.*, p. 51.

Como livre-pensador e maçom, Abdias Neves não poupou esforços no sentido de reafirmar, em “Um Manicaca”, suas idéias anticlericais. Via no comportamento do clero a causa principal para o declínio da religião, da credibilidade dos sacerdotes, da Igreja enquanto instituição e, o que parecia ser mais grave, para a manutenção da ignorância e da superstição. A fala do personagem Araújo é significativa quando afirma:

“... se a religião declina, uma das causas que a tem mais abatido é a desmoralização do clero, pelos escândalos que dá, pela sede de ouro, pelas vendas dos sacramentos, pela intolerância e pelo arrojo com que, neste século de livre-exame, de raciocínio e de crítica, ele quer amordaçar as consciências, impondo a ferro e a fogo, a todos os espíritos, crenças e superstições grosseiras”.<sup>85</sup>

Reafirmar suas idéias anticlericais, desqualificar a religião católica, a ação da Igreja e de seus ministros, destacar a função do intelectual na sociedade, eram as principais preocupações de Abdias Neves em “Um Manicaca”. O autor foi um crítico da sociedade de seu tempo. Fez severas críticas aos cultos religiosos, à confissão auricular, à intolerância da Igreja para com os maçons.

---

<sup>85</sup> NEVES, Abdias. Op. Cit., p. 91.

“(...) voltava-se, como todas as solteironas, para o céu, num impulso de crenças doentias que faziam perder metade do tempo na Igreja, num culto que era mais do padre que dos santos. Todas as tardes a rezar pelos vãos escuros das sacristias. Três vezes por semana, tribunal de penitência. Nada escondia do seu confessor, que queria saber tudo: a despesa da casa, as trampolices do velho, os namoros das irmãs. Contava-lhe tudo. E, receosa, sempre de não ser digna da absolvição, eram presentes, doces, frutas, toalhas rendadas, roquetes de cambraia para o reverendo. Mais. Remetia-lhe esmolas, encomendava missas, trabalhava até a noite alta para ter dinheiro de que precisava para as despesas com a sua salvação. E era pouco. Fizera-se de uma intolerância feroz. Os maçons eram o diabo. O jornal da Maçonaria, se o apanhava, queimava.”<sup>86</sup>

Nesse romance, Abdias Neves não desqualificou só a religião e a Igreja, mas acima de tudo o sacerdote, que foi visto como hipócrita e “ganhador”. Para ele

“O padre é um ganhador: uma missa custa tanto; um batizado, tanto; um casamento, tanto. Se o pobre não tem dinheiro, o filho morre-lhe pagão, não se casa na Igreja; não se enterra. A igreja é uma para o pobre, e outra para o rico. Os ricos merecem tudo, o pobre nada. A questão é de dinheiro. Por que o padre não faz como Cristo? Cristo jamais vendeu os sacramentos. Cristo era pobre, o padre é rico, e não faz esmolas, e não reza uma novena, e não faz um sermão, não faz nada, se os devotos não pagarem seus serviços.”<sup>87</sup>

E continua ...

“(...) O padre é uma sobrevivência do feiticeiro dos tempos em que o homem via no trovão a cólera divina. Perdeu a razão de existir, deve desaparecer, porque ninguém pode, de boa fé, acreditar que ele, com suas mazelas, os seus defeitos e crimes, seja o

<sup>86</sup> Neves, Abdias, Op. cit. p. 24.

<sup>87</sup> Idem, p. 24 e 25.

intermediário entre nós e Deus (...) um sujeito que prega a caridade e não a prática; prega o esquecimento dos ódios, e insulta a calúnia e persegue os que não se prestam a tudo; prega a pobreza e a humildade, e enriquece a impa num orgulho desbragado; faz voto de castidade e vive em estado de mancebia (...)<sup>88</sup>

As críticas de Abdias Neves foram feitas no momento em que a sociedade brasileira passava por um processo de laicização. Viviam-se um momento de destruição dos deuses, do sagrado. Novas formas de pensar a sociedade começaram a conviver com as tradições conservadoras da teologia cristã. A razão passou a ser vista como uma forma possível de entender a natureza e o homem. O clero, até então visto como único detentor do saber, passou a ser questionado e outras categorias sociais passaram, também, a querer ser detentoras de saber : os livres-pensadores e os anticlericais. A Igreja Católica passou a ser questionada em seu poder econômico (imensas riquezas), bem como em seu poder político e dogmas. Era questionada a sua posição de guardião de uma ideologia - o cristianismo - e o seu poder de exprimir e inculcar idéias. Era questionado o seu papel de mediadora entre o Senhor e a população. Enquanto especialista do saber, como detentora de uma verdade única, inabalável.

---

<sup>88</sup> NEVES, Abdias. Op. Cit., p. 104.

Nesse contexto, os livres-pensadores e anticlericais entravam em conflito com a Igreja, cujas idéias e práticas dificultavam o livre exame e disseminavam a ignorância, a superstição, impediam o progresso e o desenvolvimento da civilização.

Aos livres-pensadores e anticlericais interessava a dessacralização de todos os setores práticos da vida cotidiana. Defendiam a laicização da sociedade pois, na medida que se laicizava o setor sagrado, Deus se disporia a voltar para o céu. As explicações para o mundo seriam guiadas pela razão e essa ideologia não seriam os clérigos que construiriam, mas os novos intelectuais, que se consideravam, agora, os donos dessa nova verdade. Era necessário problematizar a história e a sociedade. A razão seria uma arma contra as tradições, os privilégios e os mitos teocráticos, fundados numa concepção teocêntrica, considerada, agora, não racional, mas irracional. Os clérigos passaram a ser comparados a animais desprovidos de razão. O confronto se deu entre a idéia de Natureza, compromisso entre o objeto rigoroso das ciências exatas e o mundo criado por Deus. Em suma, os livres-pensadores acreditavam na razão como os clérigos acreditavam na Virgem Maria.

A laicização da sociedade trouxe consigo a intensificação das idéias positivistas e liberais, que passaram a dominar as polêmicas na vida política. Foram comuns campanhas de ataques por parte da Maçonaria contra o passado da Igreja e contra o clero. Os intelectuais brasileiros fundados em posições ideológicas dos liberais e maçons, propunham a laicização da sociedade. Afirmavam que ganhos da razão implicariam recuos da religião. Para os livres-pensadores, que compunham a intelectualidade local, Igreja e clero deveriam perder poder, pois a sociedade passava por um momento de racionalidade e cientificidade crescentes.

Em “Um Manicaca”, Abdias Neves construiu seus personagens a partir de tipos piauienses por ele conhecidos, a partir do cotidiano da própria terra, da vida simples. O autor usa uma linguagem simples, direta e natural, coloquial e vulgar. Apresenta texto combatente, onde não poupou esforços no sentido de expor suas idéias contrárias a uma sociedade que ele considerava atrasada e impregnada de religiosidade simples (ritos, preces, procissões etc.). Uma sociedade que deveria enquadrar-se nos moldes do desenvolvimento, do progresso linear. Assim, em “Um Manicaca”, defendeu que a influência da Igreja

Católica sobre a sociedade era perniciosa, pois impedia o processo de desenvolvimento econômico e social.

### **3.3. Os folhetos anticlericais**

Conforme já afirmamos, a produção literária de cunho anticlerical foi intensa no início do século XX no Piauí. Para alcançar um público maior e não só um público culto, os textos recorriam às sátiras, nos moldes dos folhetos populares, que eram distribuídos à noite, gratuitamente e sob pseudônimos. Os textos faziam críticas grotescas, encaminhadas à ridicularização das pessoas. Críticas ao comportamento social dos religiosos. Ridículo e grotesco se mesclavam e davam uma cor nebulosa à reputação do clero católico. Eram deformações, sátiras. Nos folhetos estavam presentes temas como a cupidez, lubricidade, hipocrisia, ingenuidade, burrice, gula, exploração dos fiéis; bem como o luxo das igrejas, palácios e habitações. Todas essas características eram atribuídas aos religiosos católicos e à instituição eclesiástica.

Dentre esses folhetos populares podemos destacar: “O noivado do Padre João” e “O sonho do Padre Cura”, ambos publicados pela Sociedade de Propaganda Anticlerical em 1901. Foram editados

pela tipografia do jornal *A Semana*, que tinha como redatores João Pinheiro, Focion Caldas e Nestor Veras. “O noivado do Padre Cura”, publicado sob o pseudônimo de Javali, e o “O sonho do Padre Cura”, sob o pseudônimo de Ganganelli Júnior. Provavelmente tais publicações tenham sido de iniciativa da Maçonaria.

Em “O noivado do Padre João”, o sacerdote foi mostrado como “gordo e rubicundo”, entregue tanto aos encargos deste mundo como a uma vida de santo. O sacerdote, não conseguindo seguir os votos de castidade, entregou-se aos encantos de Mila, jovem meiga e bonita, que vivia às voltas com a freqüência ao confessionário. Órfã de pai e mãe, vivendo com o irmão, sacristão da paróquia do referido padre.

Na narrativa, do “O noivado do Padre João”, foi mostrado um confessionário sombrio e que reforçava o fanatismo das mulheres, que esqueciam sua atividades de filha e mãe.

“Mila, agora, não deixava  
O triste confessionário  
Era um culto que espantava  
Era um zelo extraordinário”<sup>89</sup>

---

<sup>89</sup> JÚNIOR, Ganganelli. “*O noivado do Padre João*”. Sociedade de Propaganda Anticlerical. Teresina. N.º 1, 1901.

O Padre João foi tido como caridoso, casto, engraçado, mas que não conseguia resistir aos encantos da irmã do sacristão. O clérigo chegou a ter um relacionamento amoroso com Mila. Uma vez descoberto o romance pelo irmão de Mila, a moça foi obrigada a casar-se. No desfecho da narrativa o padre foi escolhido como padrinho de seu próprio filho.

“Quando Mila casou-se, o meigo padre cura quis pagar--lhe o enxoval e fê-lo sem usura, e o noivo, um bom rapaz, à espera “do filhinho”, em dias de nascer, pediu-lhe que padrinho fosse ao inocente.”<sup>90</sup>

O enredo continua com a vida sossegada da vila. O sacerdote mantendo seu cotidiano divertido entre a vida casta e a vida mundana.

“Ainda agora vive o bom padre João mais gordo e caridoso.

Com o tempo foi crescendo em Mila a gratidão e o padre, que é manhoso, vai vivendo feliz os dias infelizes, entre o amor da comadre e a graça dos petizes, achando a felicidade.

E todo mundo fala em sua castidade.”<sup>91</sup>

---

<sup>90</sup> JÚNIOR, Ganganelli. Op. Cit.

<sup>91</sup> Idem.

Por todo o país se espalhavam os folhetos populares. A Associação de Propaganda Liberal, com comitê central em São Paulo, fazia a divulgação das idéias anticlericais através desses folhetos. Essa Associação tinha Comitês e Delegações em várias capitais do país. Dentre elas estavam Teresina, São Luís, Belém, Fortaleza, João Pessoa, só para citar algumas e mostrar o intercâmbio de idéias que havia entre os anticlericais de todo o país.

A Associação de Propaganda Liberal se propunha a ser um centro de propaganda ativa das idéias liberais, de exposição de princípios e, acima de tudo, de crítica franca a atuação, na sociedade, do clericalismo. Era necessário, então, se contrapor à invasão do clericalismo em território brasileiro. O clericalismo era considerado um mal, pois propagava a ignorância, era inimigo da civilização, tolhia a liberdade. Eram feitas críticas ao passado da Igreja, sobretudo no que dizia respeito às perseguições religiosas.

Nos folhetos podia-se ler:

“Estes folhetos editados por subscrição voluntária, dependem, para a sua divulgação, do auxílio e cooperação de todos quantos desejam ver o povo liberto das superstições, dos preceitos, dos erros seculares, a que viveu até hoje acorrentado. Precisam ser

extensamente difundidos para bem esclarecer as consciências ainda agrilhoadas aos dogmas mistificadores. Quanto maior difusão maior resultado na campanha contra os erros e absurdos. Apelamos para os homens de boa vontade confiando na sua cooperação a esta obra benéfica (...).<sup>92</sup>

Reforçando a idéia de combate à atuação do clericalismo na sociedade, todo anticlerical deveria ter sempre em vista os seguintes princípios:

“Não casar na Igreja.  
 Não batizar nela os filhos.  
 Não ser padrinho de casamentos nem batizados.  
 Não entregar à Igreja a educação de seus filhos.  
 Não celebrar funerais católicos nem a eles assistir.  
 Não pedir e nem pagar orações pelos falecidos.  
 Não dar dinheiro, sob nenhum pretexto, à Igreja, mesmo com fins de caridade.  
 Não se associar nem prestigiar, direta ou indiretamente, nenhuma cerimônia da Igreja.”<sup>93</sup>

Os folhetos divulgavam, ainda, casos que envolviam sacerdotes, mostrando-os como incapazes de guiar a vida espiritual da sociedade. Os clérigos eram apresentados como indivíduos que viviam envolvidos em concubinato, adultério, incesto, assassinato.

“Também no Piauí o padre Bianor Aranha, deflorou uma senhorita na rua São José, e segundo o jornal que se refere a este caso já falava em mais dois

<sup>92</sup> TRIUNFO – Barão do. *Clericalismo e seus malefícios*. São Paulo, 1934.

<sup>93</sup> Idem.

defloramentos sem contar os inúmeros namoros por ele alimentados na Igreja.”<sup>94</sup>

### 3.4. A imprensa anticlerical

Por todo o país se espalhavam os impressos de tendência anticlerical. No Piauí não foi diferente. Diversos jornais locais difundiam idéias contrárias à influência do clericalismo na sociedade. Além do jornal católico *O Apóstolo*, uma série de jornais também estiveram envolvidos na polêmica entre clericais e anticlericais no Estado no início do século XX.

Dentre esses jornais de cunho anticlerical e interlocutores do periódico da Diocese do Piauí, podemos citar:

1. A Luz – editado entre 1901 a 1908. Redatores: Higino Cunha, Luís Nogueira, Antonino Freire, João Pinheiro, Abdias Neves, Miguel Rosa, Chaves Júnior. Era órgão ligado à Loja Maçônica Caridade II.<sup>a</sup> de Teresina.
2. O Reator – editado em 1902. Redatores: Abdias Neves, Higino Cunha, Miguel Rosa e Domingos Monteiro. Saiu

---

<sup>94</sup> TRIUNFO – Barão do. *Clericalismo e seus malefícios*. São Paulo, 1934.

no dia seguinte à chegada, em Teresina, do bispo do Maranhão, Dom Xisto Albano.

3. Pátria – editado de 1902 a 1905. Redatores: Abdias Neves, Antonino Freire, Miguel Rosa e Clodoaldo Freitas. De propriedade e direção de Abdias Neves.
4. O Monitor – 1906 a 1912. Redatores: Higino Cunha, Matias Olímpio, Bonifácio Carvalho e Valdivino Tito. A partir de 1909 passou a ser dirigido por Abdias Neves.
5. A Imprensa – editado em 1911. Direção de Abdias Neves.
6. A Notícia – editado em 1912. Direção de Abdias Neves.
7. A Notícia – editado em 1917. Já em segunda fase sob a direção de Abdias Neves.<sup>95</sup>

Esses periódicos contavam com a colaboração dos livres-pensadores mais atuantes e combatentes naquele momento. Entre eles destacavam-se Higino Cunha, Miguel Rosa, Matias Olímpio e Abdias Neves.

---

<sup>95</sup> Mais informações sobre os jornais que eram editado no Piauí no início do século XX, Cf. FILHO PINHEIRO, Celso. *História da Imprensa no Piauí*. 3.<sup>a</sup> ed. Teresina: Zodíaco Editora, 1997

Os textos, veiculados nos jornais, eram combatentes, agressivos mesmos. Para aqueles livres-pensadores era fundamental que se fizesse uma crítica dura e severa à Igreja Católica, seus ministros, ritos, dogmas, enfim à estrutura eclesiástica ligada à Sé Romana.

“Repete-se constantemente que o espírito menos observador, menos esclarecido, descobre logo, depois da ligeira análise, que a religião católica declina a passos largos, diminuindo dia a dia o seu prestígio.

Efetivamente o extraordinário brilho da estrela do catolicismo, assombrosamente, empalidece ante o arrefecimento crescente da fé, o desenvolvimento progressivo da razão humana e o caminhar triunfador dos novos ideais filosóficos.

A descrença alastra-se, avassala os espíritos, o pensamento livre evolui, e a Igreja Romana, aceleradamente, marcha para um abismo insondável.”<sup>96</sup>

Para os livres-pensadores, os sacerdotes nada mais eram que “transviados da moral cristã”, adúlteros da doutrina da humanidade, estavam sempre a criar a discórdia, transformando os preceitos defendidos pelo “carpinteiro da Galiléia”. Clérigos egoístas, desrespeitadores da caridade e propagadores do ódio entre os irmãos. Assim, se a religião católica estava abalada em seus alicerces, a culpa era de seus ministros que desrespeitavam os ensinamentos de Jesus Cristo.

1

Através desses periódicos, os livres-pensadores se posicionavam em relação a várias questões. Clericalismo, liberdade de

<sup>96</sup> Alguns Observadores. “A religião. O Bispo e o Patrimônio de Nossa Senhora do Carmo”. *O Monitor*. Ano IV. N.º 139, p.3

culto, de expressão, de crenças religiosas diversas; eram temas sempre presentes nas polêmicas.

Por outro lado, muitos livres-pensadores chegaram a acreditar que a chegada do primeiro bispo do Piauí e a criação da Diocese no Estado era a concretização de um dos grandes sonhos do povo piauiense, uma vez que a maioria da população era católica. Viam a criação do Bispado como fato comum a todos os estados da federação uma vez que a República, separando Estado da Igreja, deu a esta autonomia.

“Não somos infesos ao bispado do Piauí, nem temos horror ao fantasma do perigo clerical, sonhado por alguns livres-pensadores intolerantes. A Igreja Católica fez a grandeza e a decadência de muitas nações. É a sorte das coisas humanas, mesmo quando inspiradas pelos sopro divino. Foi horrivelmente opressora em certas fases da sua longa e tormentosa história. Mas, arrastada na torrente caudal do progresso, teve que ceder, bom gré, mal gré, das suas prerrogativas tirânicas e aceitar o princípio fecundo da liberdade de consciência, lema dos tempos modernos, cristalizado em todas as constituições desde a grande Revolução Francesa.”<sup>97</sup>

Por outro lado, acreditavam que a forma mais eficaz de afastar o perigo clerical era defender as conquistas liberais.

---

<sup>97</sup> “Bispo do Piauí”. *O Tempo*. N.º 24. Teresina, 3 de agosto de 1905, p.1.

“O chamado perigo clerical não passa de um fantasma, como dissemos acima. Para afastá-lo dos espíritos atormentados por ele bastam a liberdade de imprensa, a crítica larga e ilustrada, e as garantias constitucionais sob a égide do poder público, inclusive os tribunais judiciários e a política civil e militar. A liberdade acima de tudo; mas a liberdade rela, sobretudo para todas as confissões religiosas, que não atentem contra os bons costumes. Tenhamos a coragem das nossas convicções e reconheçamos nos outros igual direito – eis o que é a verdadeira tolerância.”<sup>98</sup>

Percebe-se que as críticas não são feitas à religião, mas ao fanatismo religioso. Era necessário que se respeitasse o sentimento religioso. A sociedade precisava de instrução e liberdade, não de ignorância e fanatismo. Logo, o Piauí deveria abrigar todas as religiões do mundo com seus templos majestosos e suas cerimônias. O respeito entre as religiões tinha que ser mútuo, a fim de garantir a verdadeira liberdade de crença.

Como porta-voz da liberdade e denunciadora do perigo clerical, que para alguns livres-pensadores não passava de um fantasma, a imprensa anticlerical também fazia ecoar idéias que defendiam a Maçonaria das críticas feitas pela imprensa católica. Era importante para os livres-pensadores, ligados a Maçonaria, divulgar a imagem de uma instituição virtuosa e defensora da liberdade. O jornal *A Luz*, editado

<sup>98</sup> “Bispo do Piauí”. *O Tempo*. N.º 24. Teresina, 3 de agosto de 1905, p.1.

entre 1901 a 1908 e ligado à Loja Caridade II.<sup>a</sup>, se colocava como um periódico disposto a defender a causa maçônica. Para seus redatores:

“(…) A Maçonaria, que agrupa todos os elementos anteriores do esoterismo e reúne em um só tempo os numerosos obreiros da virtude, do bem e da verdade. Cada época assinala as suas grandes conquistas em prol da emancipação do gênio humano. A Revolução Francesa inspirada pelos filósofos da Enciclopédia, foi o maior de seus feitos, proclamando os direitos do homem: liberdade de pensamento, igualdade perante a lei, inviolabilidade do lar e da família etc.”<sup>99</sup>

A Maçonaria era entendida como uma associação de homens sábios e virtuosos, cujo objetivo era viver em igualdade, unidos pelos laços de estima, confiança e amizade. Defensores da tolerância, fraternidade, igualdade e liberdade. Defendia, a imprensa anticlerical, que a Maçonaria era símbolo maior das reivindicações das liberdades humanas, destruidora do fanatismo de todas as religiões existentes, propagadora da tolerância religiosa, da liberdade de pensamento e do direito de exprimi-lo livremente, seja pela palavra, seja pela imprensa.

Portanto, a imprensa anticlerical tinha a missão de tornar a sociedade livre dos dogmas, conhecedora da verdade, onde o saber científico era a forma de expressão suprema, que suplantaria a crença

<sup>99</sup> “O Magno Problema”. *A Luz*. N.º 1. Teeresina, 24 de junho de 1901., p. 2/3.

religiosa. O passado da Igreja Católica era sempre lembrado. Para os livres-pensadores, a instituição eclesiástica se manteve e buscou sua força na ignorância e na credulidade do povo. Procurou o tempo todo enriquecer e dominar pela exploração dos sentimentos de terror relativos à morte e às suas conseqüências. Foi sempre inimiga da ciência. A imprensa anticlerical se propunha a defender o livre-pensamento, fundamentado no culto da ciência e na confiança da razão.

## 4. POLÊMICAS ANTICLERICAIS NO PIAUÍ NO INÍCIO DO SÉCULO XX

### 4.1. Teresina no início do século XX

Teresina, fundada na segunda metade do século XIX substituindo Oeiras como capital do Estado, já experimentava, no final daquele mesmo século, os primeiros passos de sua modernização. Com uma população de mais de 30.000 habitantes, sede político-administrativa, beneficiou-se da produção de municípios mais dinâmicos economicamente.

O Piauí, de uma economia baseada na pecuária até o final do século XIX, passou, a partir do início do século XX, à exploração da maniçoba, produto que ligou o Piauí ao comércio nacional e internacional. Cidades como: Amarante, Floriano, Teresina, União, Parnaíba eram as principais do período em estudo. Cidades comerciais e privilegiadas por se localizarem às margens do rio Parnaíba no seu trecho navegável naquele tempo.<sup>100</sup>

---

<sup>100</sup> QUEIROZ. Op. Cit., 1994, p. 17 e seguintes.

Teresina, já na década de 1880, integrava-se regionalmente através da navegação a vapor e pelo telégrafo. O serviço telegráfico iniciou-se em 1884 com linha para o norte do Estado. No início deste século, a capital já estendia a sua comunicação com o interior e com outros estados do país.

Mesmo assim, até o início do século XX, Teresina não possuía calçamento, água tratada e canalizada, transporte público, luz elétrica, esgoto, telefone; elementos que caracterizavam uma cidade moderna. A maioria de suas casas era de palha de carnaúba, com iluminação através de lampião à querosene e que tinha o cavalo como único meio de condução. Em 1906 teve início o abastecimento de água encanada e em 1914 o de iluminação elétrica. Em 1907 a telefonia deu seus primeiros passos, o serviço era utilizado por repartições públicas, casas comerciais, indústrias e alguns particulares; eram entre 30 a 40 aparelhos.

“Em 1880 Teresina é quase um arraial, cuja vida urbana e social começa a se tornar mais complexa, seguindo lentamente os ditames da evolução mundial. Durante os anos 80, até meados dos anos 90, as ‘novidades’ do mundo moderno são meras notícias; notícias trazidas pelas levas de doutores que começam a afluir – bacharéis em Direito, médicos, farmacêuticos, uns poucos engenheiros – e pela imprensa periódica alienígena. O progresso é ainda mero relato. A cidade pouco se diferencia em sua forma de viver, apesar da

diferenciação interna do espaço urbano. O centro da cidade convive com os animais, a poeira, a lama, os riachos, casas de palha. Focos de incêndios. Festas religiosas são divertimento popular. Os intelectuais sonham com salões, com boa música, com o viver das grandes capitais do Império/República.”<sup>101</sup>

A preocupação com uma infra-estrutura mínima de serviços urbanos ocupava o imaginário progressista das elites locais, que tinham um projeto claro de modernização para cidade, tentando inserir Teresina no rol das grandes cidades do país. Era necessário que a capital do Estado avançasse rumo ao progresso, ao futuro, à civilização.

Com a modernização viria também a descoberta de novas formas de lazer, substituindo as tradicionais festividades religiosas, por exemplo. À semelhança de muitas cidades do país, o lazer, em Teresina, começou, no início do século XX, a buscar os espaços públicos. O cinema, o teatro, os passeios públicos passaram a ser novos espaços de sociabilidade. Para Queiroz essas novas formas de lazer representavam sinais de civilidade, que a maioria da população não estava preparada para recebê-las.

“Em Teresina, novas formas de civilidade a muito custo vinham sendo introduzidas. Crianças e adultos estavam sempre, pelo menos na avaliação dos redatores dos jornais, precisando de corretivos e de ajustes de

---

<sup>101</sup> QUEIROZ, Teresinha. *História, literatura, sociabilidades*. Teresina: FCMC, 1998, p. 15.

maneiras. Precisavam aprender a manter as distâncias sociais, a freqüentar os eventos públicos e privados, a bater palmas – aplaudir é também saber, uma arte –, a receber, a se comportar na mesa, a não “avançar” nos banquetes, a não roubar objetos pessoais nas toaletes alheias e vários outros hábitos da boa convivência social. A interferência sobre os costumes estava expressa na fala dos redatores, que apontavam para as novas normas de civilidade e esse aprendizado se realizava, em boa medida, por meio do lazer.”<sup>102</sup>

Essas novas formas de lazer eram vistas, por alguns cronistas da época, como civilidade, por outros como sinônimo de deterioração da família, da moral e dos bons costumes. Elias Martins, porta-voz dos segmentos conservadores da sociedade local, foi um desses cronistas, que via nessas novas diversões o caos da família.

“Elias Martins, embora leigo, representava o pensamento católico e sua reflexão sobre o cinema sistematizava o pensamento emergente da Igreja em torno dessa nova forma de lazer. A posição da Igreja em relação ao cinema estava definida na bula *Vigilante Cura*, de Pio IX. Elias Martins expressa posições tão radicais que Higino Cunha viria a dizer, acerca do libelo que ele estabelece contra o cinema, que ele teria ‘exagerado no diagnóstico e ineficaz na terapêutica’”<sup>103</sup>

Se expressando de forma contrária, o livre-pensador Higino Cunha via o cinema como uma diversão do futuro, cheio de novidades e refinamentos.

<sup>102</sup> QUEIROZ. Op. Cit., 1994, p. 29.

<sup>103</sup> QUEIROZ. Op. Cit., 1998, p.42. A obra de Elias Martins, que a autora faz referência, é *Fitas*, publicada em Teresina no ano de 1920, pela tipografia do *Jornal de Notícias*.

“Este veredicto já indica qual seria a posição de Higino Cunha acerca do cinema. Bastante otimista em relação a essa inovação tecnológica e artística, ele achava que o cinema era uma diversão do futuro. Seu posicionamento estava muito próximo da linguagem mercadológica dos redatores de periódicos, outra vertente de interpretação do lugar do cinema – que o ligava à questão da modernidade, da novidade, do refinamento. É necessário lembrar que a propaganda do cinema nesse período relacionava sua frequência à condição de chique, de moderno, e mesmo de atraente. O cinema domina muito rapidamente o universo da propaganda e o jornal é um desses veículos privilegiados para a atribuição ao cinéfilo do status de refinamento e de distinção social.”<sup>104</sup>

Os espaços de sociabilidade da capital do Estado estavam ligados aos festejos de Nossa Senhora do Amparo, que contavam com foguetórios, namoricos e música; às festas de aniversário nas residências, com bebedeiras e fofocas sobre a vida alheia; às festas de São João com a dança do boi e fogos de artifício; aos leilões nos adros das igrejas; às representações teatrais; às serenatas; à frequência dos homens aos botequins etc. A sociedade teresinense tinha sua cultura marcada por uma grande religiosidade, o que influía nas escolhas dos espaços de lazer. Sociedade provinciana onde as pessoas se envolviam em intrigas e fofocas, onde a vitória política era dependente da importância da família, descendente das oligarquias dominantes no Estado desde o período colonial. Sociedade que repudiava o meretrício e o adultério. Abdias Neves, como já foi mostrado neste trabalho, em seu romance de

---

<sup>104</sup> QUEIROZ. Op. Cit., 1998, p. 42/ 43. A obra de Higino Cunha, que a autora faz referência, é O

costumes “Um Manicaca, relatou o cotidiano de Teresina no final do século XIX e início do século XX. O autor mostrou uma cidade provinciana e conservadora, ligada a uma religiosidade excessiva, onde era forte o poder da Igreja Católica sobre os costumes da população daquela época.

#### **4.2. Católicos e livres-pensadores: uma tensão constante**

A partir da segunda metade do século XIX, intensificaram-se as discussões de temas ligados à Igreja, à religião e ao anticlericalismo. Tais discussões apresentavam-se em diferentes conjunturas: em 1870, estavam centradas na Questão Religiosa e em suas repercussões, debatendo-se as relações entre Igreja e Estado; ao longo de 1880 intensificou-se a propaganda republicana, onde foram veiculadas propostas de separação entre Igreja e Estado nesse momento, aumentaram as polêmicas entre católicos e livres-pensadores, envolvendo Escolas Superiores, a Maçonaria e a Igreja; ao longo de 1890, a temática central era a separação, de fato, entre Estado e Igreja e a independência desta quanto aos recursos do poder público; entre 1890 e 1910, o foco central era o anticlericalismo europeu e brasileiro, momento

em que se problematizou a redefinição das relações Igreja-Estado nos países da Europa e sua repercussão fora desse continente; nas décadas seguintes a 1910, nota-se a presença de outras expressões religiosas - protestantismo e espiritismo -, quando a Igreja desenvolveu forte oposição.

Essas diferentes conjunturas, no entanto, só podem ser entendidas dentro de um contexto mais abrangente - o processo de secularização da sociedade ocidental.

“O denominador comum a todos esses movimentos era a inserção no processo de secularização da sociedade ocidental. Ao nível das relações entre o estado e as igrejas instituídas, esse processo de secularização se consubstanciava em forte disputa em torno da prevalência do poder temporal sobre a influência espiritual e vice-versa. Ao nível dos discursos, colidiam diferentes concepções de mundo, de um lado, explicações do universo centradas em um plano divino e, de outro, explicações científicas e laicizadoras que datavam do Renascimento”.<sup>105</sup>

O contexto regional em geral e o Piauí em particular sofreram profunda influência dessa conjuntura européia, na medida em que foram discutidos temas de conteúdo religioso e afins, relacionados aos costumes, à ocorrência ou não de milagres, às atitudes políticas assumidas pelo clero local, à função social da Maçonaria, ao feminismo,

---

<sup>105</sup> QUEIROZ, Teresinha. Op. Cit., 1994. p. 160.

à família; bem como questões de cunho exegético e filosófico acerca da existência de Deus, da natureza das crenças, do sentimento religioso enquanto tal. A religião em confronto com o desenvolvimento da ciência. Crítica ao celibato clerical, à confissão auricular, ao dogma da virgindade de Maria, à eficácia das rezas, às promessas do Sagrado Coração, à vida conventual, à infalibilidade do Papa. Foram postos em dúvida a existência do Satanás e do inferno e os atributos de Deus (onipotência e onisciência).

A laicização republicana trouxe consigo a intensificação das idéias positivistas e liberais, que passaram a dominar as polêmicas na vida política. Campanhas de ataques por parte da Maçonaria contra o passado da Igreja e contra o clero. A Igreja atacada, colocada num plano externo aos poderes públicos, perdeu a posição privilegiada que possuía, no Brasil, desde o século XVI. A Igreja, através de seus bispos e clérigos, necessitava defender-se e defender o catolicismo. Era imperativo que repelisse os ataques e combatesse seus adversários.

As primeiras polêmicas anticlericais no Piauí remontam ao final do século XIX quando, em 1884, foi publicado o primeiro número do jornal anticlerical *O Reator*. Foram poucas as tiragens desse periódico

(oito edições). Suas publicações sempre coincidiam com as visitas pastorais dos bispos maranhenses ao Piauí. A primeira publicação coincidiu com a visita pastoral de Dom Antônio Cândido de Alvarenga, em 1884, e a última, em 1902, quando da visita de Dom Xisto Albano. A redação *d'O Reator* era formada pelos livres-pensadores e maçons Clodoaldo Freitas, Higino Cunha, Miguel Rosa, Abdias Neves e Domingos Monteiro; intelectuais que defendiam suas idéias não só através da imprensa, mas também através da vida político - partidária, da Maçonaria e da literatura. Os livres-pensadores, que faziam oposição à Igreja Católica no Estado, estavam vinculados à Maçonaria, que funcionava como um espaço de sociabilização e difusão de idéias liberais da época, um espaço intelectual onde as polêmicas anticlericais estavam presentes, eram discutidas questões ligadas aos costumes, ocorrência ou não de milagres, atitudes políticas do clero local, papel social da Maçonaria, feminismo, família, dentre outras. O objetivo desses intelectuais era combater a influência da Igreja Católica na sociedade civil. Para eles, aquela instituição era sinônimo de atraso e obscurantismo e, nesse sentido, os livres-pensadores achavam-se com a missão de alertar a população piauiense para o perigo clerical.

No livro *História das Religiões no Piauí*, Higino Cunha transpôs um artigo seu, veiculado no periódico *A Imprensa* (N.º 976, de 16 de julho de 1887), em resposta ao Cônego Honório Saraiva, vigário geral da província, que se opusera a realizar seu casamento.<sup>106</sup> O artigo intitulava-se “*O meu casamento e o Sr. Cônego Honório Saraiva*”. Para Higino Cunha, o impedimento posto pelo Cônego a seu casamento e a primeira visita de um pastor protestante a Teresina teriam servido para quebrar “a monotonia beatífica” no Piauí e expressar o sentimento anticlerical do período.

O livre-pensador aproveitou o episódio do “impedimento canônico”, para expor suas idéias a favor da liberdade religiosa e do casamento civil, bem como expressar o seu acorde com idéias de alguns pensadores modernos.

“A civilização é um fruto, de que a impiedade é a flor: Newton, Copérnico, Galileu, Lutero, Calvino, Voltaire, D’Alembert, todos os revolucionários de 89, Comte, Littré, Darwin, Haeckel e todos os grandes obreiros do progresso estão fora da Igreja de Roma. No entanto, é a estes grandes benfeitores da humanidade

<sup>106</sup>Os preceitos do direito eclesiástico, os Cânones, traziam algumas determinações com relação ao comportamento da Igreja frente às associações maçônicas e seus membros: os maçons não podiam ser admitidos nas associações religiosas; contrair matrimônio no ritual católico, sendo os fiéis aconselhados a não contrair matrimônio com os que eram inscritos nas sociedades secretas; eram privados de sepultura eclesiástica; não podiam participar dos sacramentos: confirmação, confissão, comunhão, extrema-unção, dentre outros; não podiam ser padrinhos nem de batismo nem de crisma. Cf. DOURADO FILHO, Eurípedes de Sousa. *A influência da imprensa piauiense no conflito entre Igreja Católica e Maçonaria no período de transição Império/República*. São Bernardo do Campo. São Paulo, 1990. Dissertação de mestrado, Instituto Metodista de Ensino Superior, p. 49 a 56.

que a consciência moderna rende um culto acrisolado e sincero. Prefiro ir morar com eles no inferno a ir para o céu dos Torquemadas e Saraivas.”<sup>107</sup>

Higino Cunha se dizia cristão e respeitador da liberdade de culto, daí sua indignação com relação à intransigência do Cônego Saraiva, pois embora não concordasse com as práticas da Igreja Católica, se submeteria às exigências do ritual católico, casando no regime católico por ser o mais comum na sociedade piauiense de sua época. Além do mais, a Constituição brasileira não tinha, ainda, aprovado o casamento civil que, no momento, estava sendo motivo de debate em todo o país para sua efetiva implantação. Interessante foi o fato de Higino Cunha ter proferido o discurso de boas vindas ao primeiro bispo do Piauí, que chegou a Teresina em 12 de março de 1906. Na sua fala, o livre-pensador elogiou a implantação legal, no Brasil, da separação da Igreja do Estado, por ser uma das grandes conquistas para o país, na medida em que triunfou o sentimento e ideais do liberalismo. Argumentava em seu discurso:

“A separação da Igreja e do Estado, com os seus consecrários legais, garantindo a liberdade de todas as confissões religiosas, contanto que respeitem as leis e os bons costumes, foi, a princípio, mal recebida pela maioria dos fiéis e dos altos representantes do clero católico. Poucos anos depois, verificou-se que a Igreja, em vez de perder, ganhou extraordinariamente com

<sup>107</sup> Parte do artigo publicado por Higino Cunha no jornal “A Imprensa” n.º 976 de 16 de julho de 1887, citado pelo mesmo autor em seu livro “História das Religiões no Piauí”. Teresina: Papelaria Piauiense, 1924, p.135.

aquela medida liberal. Houve um movimento geral por toda a parte, um entusiasmo crescente, uma atividade maior, um zelo mais ardente, manifestações na afluência aos atos do culto, na conservação da ligação junto a Santa Sé, no aumento do número dos bispados, nas honras prestadas aos dignitários da Igreja e ultimamente na nomeação de um cardeal brasileiro. E esse movimento nacional fatalmente se estende até ao Piauí”<sup>108</sup>.

A Igreja Católica por seu turno não viu com bons olhos a publicação do livro de Higinio Cunha, tanto que o Bispado piauiense proibiu aos fiéis a sua leitura, por considerar a obra uma afronta à Igreja e à Religião. Para os clérigos locais, o livre-pensador era dissimulado cujo único interesse era divulgar as idéias de sua seita, a Maçonaria.

“A boca nem sempre diz o que sente o coração. Higinio foi aproveitado como orador *ad omnia*, de expressão facial, presença atraente, não porém, como senhor dos sentimentos de que foi feito apenas portador.

Maçom desabusado, interprete vigoroso da lei de sua seita; extremista na prática de suas idéias, pelo que defendia a Maçonaria a toda a linha. Escondido no pseudônimo, ou às claras, nunca perdeu ocasião de atacar a Religião e seus dogmas. Comparando-se aquelas palavras do meliante no seu discurso sobre o Catolicismo, com seus artigos em uma luta que o mesmo bispo por este elogiado, teve de enfrentar contra a Maçonaria, logo se vê que Higinio despiu sua roupa de lucidez e apresentou-se ao Bispo em nome da Fé, da Religião, e da Ciência, como em Rafael, que lhe quisesse ajudar a palmilhar o caminho da Rages Celestial. O meliante tinha as lábias de sua seita e viveu como o maior incrédulo de Teresina. Morreu como viveu, isto é, sem sacramento que recusou três vezes, oferecidos por três sacerdotes e teve enterro

<sup>108</sup> CUNHA, Higinio. História das Religiões no Piauí. Teresina. Piauí: Papelaria Piauiense, 1924, p. 150.

exclusivamente maçônico. Portanto, feito, por aproveitado como orador ad omnia - Lúcifer fazendo-se de Rafael.”<sup>109</sup>

A encíclica *Pascendi dominici gregis*, 1864, do Papa Pio IX, contra a Maçonaria, foi publicada através de pastoral por Dom Joaquim, 1908, o que veio a acirrar os ânimos entre clericais e anticlericais. Querendo ou não, o primeiro bispo do Piauí se via, a partir de então, envolvido na luta com a Maçonaria, onde influíram questões de doutrina e pessoais. O conflito contou com ataques pessoais de ambas as partes e a doutrina terminou sendo elemento secundário dentro das discussões. Ocorreram passeatas e desacato ao Padre Lopes dentro da Igreja do Amparo, pois este fazia discursos, dentro do templo católico, contra a Maçonaria e seus adeptos, o que foi encarado, pelos maçons, como uma afronta, aumentando ainda mais as tensões entre as partes. Um ponto culminante foi o cerco ao paço episcopal, em 2 de dezembro de 1909, onde os maçons da loja Caridade II.<sup>a</sup> foram tidos como os responsáveis, liderados por Miguel Rosa e Abdias Neves, declarados opositores da Igreja no Estado e futuros redatores-chefes do jornal *O Monitor*, periódico anticlerical.

---

<sup>109</sup> Livro do Tombo da Diocese do Piauí. Teresina, 09 de agosto de 1952 (1/03), p. 13/14.

O conflito culminou com a transferência de Dom Joaquim para o Rio Grande do Norte. O bispo, em carta circular, recomendou aos sacerdotes locais que não se envolvessem em casos políticos que viessem a perturbar a ordem social. As recomendações de Dom Joaquim chegaram com atraso, pois as tensões entre Clero e Maçonaria já eram inevitáveis. Até mesmo o órgão oficial da Diocese já havia se tornado órgão do partido clerical, a União Popular, tornando-se instrumento ativo nas lutas entre clericais e anticlericais no Estado.<sup>110</sup>

---

<sup>110</sup> No terceiro ano de fundação, *O Apóstolo* deixou de ser órgão oficial da Diocese para se tornar órgão vinculado ao partido clerical, a UNIÃO POPULAR. *O Apóstolo*, enquanto órgão ligado ao partido católico, passou a abordar mais questões políticas que religiosas, fazendo clara oposição ao governo do Estado, na pessoa de Anísio de Abreu. Primeiro como órgão oficial da Diocese (1907/1909), depois como Órgão Popular Católico(1909) e, finalmente, como Órgão da União Popular (1909). Nessa última fase teve como redatores de destaque: Elias Martins, Pe. Alfredo Pegado e o Cônego Fernando Lopes e Silva.

Enquanto a Igreja Católica fazia toda uma campanha antimaçônica no Estado, a Maçonaria armava ataques e acusações à Igreja e aos seus membros, aos seus dogmas e às suas práticas. No final do século XIX e início do século XX, havia no Estado nove lojas maçônicas, assim distribuídas:

---

***Lojas Maçônicas existentes no Piauí entre 1852 e 1908***

---

Ano de fundação	Cidade	Loja
1852	Parnaíba	Independência
1859	Teresina	Caridade II. <sup>a</sup>
1874	Oeiras	Harmonia Oeirense
1875	Parnaíba	União Parnaibana
1877	Campo Maior	União e Fé
1906	Parnaíba	Fraternidade Parnaibana
1908	Floriano	Igualdade Florianense
1908	Amarante	União Amarantina
1909	Parnaíba	Amor e Progresso

---

O embate se dava através da imprensa periódica local, onde estavam envolvidos os católicos ligados ao partido clerical, a União Popular, e os anticlericais ligados à Maçonaria, basicamente à loja Caridade II.<sup>a</sup>, de Teresina. Os anticlericais piauienses eram avessos à ingerência do clero na sociedade civil. Defendiam um Estado plenamente laico, com liberdade de culto para todas as profissões de fé.

Os ataques lançados pelos anticlericais diziam respeito ao comportamento e às idéias do clero católico, do clericalismo, da invasão e domínio do clero na sociedade civil e no Estado. Os livres-pensadores, articulados através da Maçonaria, eram partidários do Governo do Estado, o que enfurecia o partido clerical, ávido de poder. Os maçons acusavam o clero de estar mergulhado no erro e na corrupção. O clero era considerado hipócrita, ganancioso, intolerante, supersticioso. Tornava-se imprescindível afastar esses indivíduos da sociedade, pois a dominação clerical só influiria de forma negativa nos costumes e na mentalidade da população do Piauí.<sup>111</sup>

Em 1907, o Dr. Alberto Peregrino publicou no periódico *O Comércio*, artigo atacando a Igreja e seus representantes, reagindo ao artigo, o jornal da Diocese, *O Apóstolo*, publicou a resposta, através do artigo intitulado “Anticlericalismo”, mostrando as idéias mestras dos anticlericais contra a Igreja. Reforçavam, assim, os clérigos locais, o mito da Maçonaria como uma sociedade secreta, perversa e má. Era necessário que as pessoas tivessem ódio e aversão pela Maçonaria.

“O artigo – anticlericalismo – do Sr. Dr. Peregrino, é um ataque injusto, sem motivo e apaixonado contra o que a Religião tem de mais caro: ali a Igreja Católica, o chefe do Cristianismo, os

<sup>111</sup> Os opositores da Igreja no Piauí estavam vinculados à Maçonaria, daí porque utilizamos os termos anticlericais, livres-pensadores e maçons para designar o mesmo grupo de pessoas.

sacerdotes, as instituições religiosas, os dogmas fundadores da nossa religião, tudo é exposto ao ludibrio e ao ridículo; e sendo *O Apóstolo* o órgão de Diocese, encarregado de defesa dos interesses da Igreja, como poderia silenciar ante tamanho insulto? Não terá o Sr. Dr. Peregrino ocasião de dizer que fomos os provocadores.”<sup>112</sup>

As tensões entre Igreja e Maçonaria<sup>113</sup> vêm ultrapassando séculos, o que dificultou a convivência pacífica entre as duas instituições. Parecia, para os católicos mais conservadores, impossível compreender como alguém pudesse ser católico e maçom ao mesmo tempo. Os maçons eram adeptos do Iluminismo, do filantropismo racionalista, do hegelianismo, do positivismo evolucionista e do positivismo materialista; eram contrários ao catolicismo ultramontano, este defensor da infalibilidade papal e temporalista. Como livres-pensadores não admitiam a interferência da Igreja e da religião na vida

<sup>112</sup> “Anticlericalismo”. *O Apóstolo*. Ano I. Teresina, 10 de novembro de 1907.

<sup>113</sup> A origem da Maçonaria não é fato pacífico entre os estudiosos, para alguns deles remonta aos últimos séculos da Idade Média. Nesse momento era uma associação de construtores de catedrais. A associação era formada por pedreiros-livres que detinham os segredos da construção e se associavam em torno desse segredo. A partir do século XVIII passou a ser formada por profissionais liberais e intelectuais, assumindo uma nova feição, porém sem mudar os rituais. A Maçonaria, tal como a conhecemos hoje, nasceu no século XVIII, na Inglaterra. Pode ser entendida como uma instituição universal, unida através de um sistema de rituais e símbolos comuns. “(...) os autores modernos preferem salientar que não se trata de uma associação secreta, embora disponha de cerimônias e ritos esotéricos que poderiam equipará-la às antigas sociedades de mistérios. A Maçonaria é, portanto, uma fraternidade, em princípio só acessível ao sexo masculino e cujos adeptos se identificam por alguns comportamentos enigmáticos. A Maçonaria não representa nem uma religião nem qualquer sistema filosófico, sendo compatível com todos os credos ou com qualquer doutrina espiritual. Ela é, portanto, universal.”(AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.p. 241-2). Em relação à abordagem da Maçonaria enquanto instituição universal, constata-se a permanência de algumas de suas características em todos os países em que ela se estruturou. A ritualística, o sistema de símbolos e a unidade em torno do ideário liberal acompanharam a ordem a partir do século XVIII na Europa e, posteriormente, no restante do mundo. Por outro lado, ela assumiu características especiais nas diferentes realidades e períodos em que atuou.

pública, defendiam a necessidade da separação dos temas pertinentes à política dos pertinentes à religião. Como anticlericais divulgavam suas idéias através da imprensa diária e periódica, onde desenvolveram forte produção literária, seja através de livros e/ou folhetos populares. Usavam todas as estratégias para afastar a sociedade da influência da Igreja, daí serem intransigentes quanto à necessidade de afastar o clero das escolas, sendo fundamental que a instrução pública tivesse a marca do espírito racional e científico.

A encíclica do Papa Pio IX, já citada neste trabalho, também provocou a indignação da Associação de Propaganda Liberal. Esta associação tinha comitê central em São Paulo e aglomerava ao seu redor várias cidades e capitais brasileiras, que formavam os comitês e delegações regionais, dentre estas capitais estava Teresina, que provavelmente tinha sua atuação vinculada à Loja Maçônica Caridade II.<sup>a</sup>, por ser a mais atuante do Estado, até porque tinha em seu quadro intelectuais e políticos influentes na sociedade local. A associação se denominava centro de propaganda ativa das idéias liberais, de exposição de princípios e de crítica franca à atuação do clericalismo na sociedade. Defendia a necessidade de lutar contra a invasão do clericalismo em território brasileiro. Sobre a encíclica papal afirmava:

“O demente e alucinado Pio IX, ainda mais para afrontar a humanidade, em 8 de dezembro de 1864, assinou a maldita encíclica condenando o panteísmo, o naturalismo, o racionalismo absoluto e moderado, o comunismo, associações secretas, agremiações bíblicas, os princípios do mundo moderno, tudo quanto a ciência independente proclama, ou como hipótese ou como verdade averiguada; tudo quanto a jurisprudência nova afirma; tudo quanto a civilização moderna se glorifica de ter conquistado, tudo quanto a utopia cancele para a história do mundo, tudo quanto a Razão emancipada tem arquitetado.

E este infame documento foi e é a doutrina do clericalismo e portanto como não se afirmar que a Igreja de Roma e o clericalismo são inimigos da civilização, facultam a ignorância e tolhem a liberdade?”<sup>114</sup>

A propaganda maçônica no Piauí no início do século XX foi intensa. Os maçons divulgavam suas idéias através da imprensa, de folhetos, da literatura, bem como através da criação e manutenção de escolas laicas. Era fundamental lutar contra o obscurantismo, esclarecendo ao público em geral sobre as características, funções e atuação da Maçonaria. Era fundamental combater a imagem que a Igreja Católica fazia da instituição. Se para os clérigos a Maçonaria era uma associação aterradora, terrificante, maléfica ao mundo ocidental, os maçons, utilizando a literatura, colocavam a instituição como o baluarte das grandes conquistas do mundo ocidental.

1

“O corpus de textos maçônicos estudado e mesmo parcela da historiografia maçônica, em períodos

<sup>114</sup> TRIUNFO, Barão do. Clericalismo: inimigo da civilização e da liberdade. São Paulo. Associação de Propaganda liberal, 1934, p. 10.

distintos, tem enfatizado e divulgado de diversas formas as questões da origem, da história, da participação social e da possível influência da Maçonaria nos mais importantes e destacados eventos da história social e política moderna. Alguns dos eventos privilegiados, são: a Revolução Francesa, a Comuna de Paris, as proclamações das repúblicas na Europa, na órbita internacional; no caso brasileiro, a Inconfidência Mineira, a Independência, a Abolição e a República, dentre outros. Como resultado parcial dessas influências, existe a crença mais geral de que a maçonaria não é apenas a “imagem gêmea” da ciência e sua protetora permanente, mas de que ela é igualmente o baluarte das conquistas democráticas modernas”.<sup>115</sup>

Queiroz, ao estudar as relações entre Maçonaria e Sociedade, utilizou algumas fontes originárias da própria instituição maçônica, como autores e jornais maçônicos. Dentre esses autores destacou Clodoaldo Freitas, que traçou a visão que os maçons faziam da instituição. Para ele, a Maçonaria representava o bem, tinha como função combater o mal, que estaria presente em todas as formas de absolutismo e tiranias sociais. Nas palavras de Clodoaldo:

“O fim da Maçonaria é o bem em geral da humanidade; mas o bem tem milhares de feições particulares, que a Maçonaria tem de atender, entre as quais está, sem dúvida, a caridade. O bem é também a instrução, a justiça, a liberdade, a igualdade, a confraternização dos povos. Educar a infância, ensinar os ignorantes, socorrer os indigentes, proteger os fracos, amparar o inocente perseguido é bem. Em síntese, enquanto houver, sobre a terra, o erro, a escravidão, a ignorância, em uma palavra, enquanto existir o mal, a Maçonaria tem razão de ser, porque é a síntese do bem. Onde gemer o sofrimento, imperar a tirania, medrar o vício, campear o crime, houver a

<sup>115</sup> QUEIROZ, Teresinha. *Maçonaria e Sociedade*. In: *História, Literatura e Sociabilidades*. Teresina: FCMC, 1998, p.117.

infância desvalida, a velhice desamparada, a mulher envilecida, a Maçonaria será uma necessidade da alma humana, que busca no ideal supremo a suprema consolação para as tremendas desolações da existência.”<sup>116</sup>

Os livres-pensadores eram atuantes na sociedade de sua época. Viveram o momento de tensão das relações entre Igreja e Maçonaria no Piauí. Tinham projeção no governo do Estado, onde era forte e agressiva a disputa entre as duas instituições, que pretendiam conquistar posições de mando no cenário político local.

Posicionando-se contra os costumes da sociedade da época, a Maçonaria propunha um novo modelo de sociedade, fundado nos ideais da ciência positiva. Pretendia que a superstição e o obscurantismo, próprios da instituição eclesiástica, fossem, definitivamente, banidos da sociedade. Reafirmava a necessidade de viver os ideais propostos pela Revolução Francesa de 1789, ideais de igualdade, liberdade e fraternidade; sendo necessário fazer valer o grito de Voltaire: “*Ecrasez l'infame*”.

---

<sup>116</sup> FREITAS, Clodoaldo. A maçonaria como força social. Pará- Maçom. Ano I, n.º 11, Belém, (...) de (...) de 1904. Apud. QUEIROZ, Teresinha. Op. Cit., 1998, p. 132.

## CONCLUSÃO

No Piauí, as duas primeiras décadas do século XX foram marcadas por uma intensa produção literária, em sentido amplo, de conteúdo anticlerical. Através da consulta a jornais, folhetos e livros do período foi possível avaliar as origens e desdobramentos das polêmicas anticlericais no Estado.

Impossível teria sido reconstituir as diversas manifestações anticlericais, não fosse a compreensão do quadro histórico no qual se desenhou a criação do Bispado do Piauí, inserida no contexto da política ultramontana sob a orientação da Santa Sé. A Igreja Católica pretendeu o controle sobre a vida religiosa da população, atuou na imprensa periódica, na educação, na vida político-partidária, integrando-se à sociedade civil. Buscou, através dessas estratégias, não ter seu poder abalado pela propaganda anticlerical, mas fortalecer sua autoridade política e social.

Os debates, controvérsias, manifestações e polêmicas anticlericais, envolvendo o clero e os livres-pensadores, marcaram o cenário político-cultural não só piauiense, mas se alastraram por todo o

Brasil. Para os livres-pensadores, que compunham a elite intelectual do Estado, era preciso vencer, ultrapassar o obscurantismo, o dogma e as velhas idéias representadas pela Igreja Católica. Arautos das novas idéias, os livres-pensadores defenderam a tolerância, a liberdade de pensamento e de expressão. Para eles, era fundamental libertar a sociedade de dogmas e intolerâncias seculares, era preciso defender a Razão e a liberdade de pensamento, emancipar os homens do dogma cristão.

Para atingirem seus objetivos, os anticlericais recorreram às revistas, aos livros, aos jornais e, principalmente, aos folhetos, para firmarem suas idéias sobre política, educação, religião. A sátira e o grotesco estiveram presentes nos escritos e manifestações dessa elite intelectual. Os livres-pensadores defendiam o positivismo e o evolucionismo, fizeram campanha contra a Igreja e seu passado. Acreditaram que a ciência positiva era a única capaz de trazer a felicidade para os homens.

Manifestando-se no mundo político e cultural, os anticlericais lutaram contra a Igreja e seu poder. A campanha contra a

Instituição eclesiástica foi vigorosa, veemente e maliciosa, encaminhada mesmo à ridicularização das pessoas.

Entre 1902 e 1914, no Piauí, as tensões entre clericais e anticlericais ganharam mais força. Os livres-pensadores, ligados ou não à Maçonaria, criticaram a Igreja e seu poder. Viram as pretensões políticas da Igreja como ameaçadoras ao projeto de construção de uma sociedade livre dos dogmas cristãos.

Formando um grupo significativo nas duas primeiras décadas do século XX, os anticlericais fizeram críticas à religião, à Igreja Católica e a seus comportamentos “inadequados” ou pouco moralizadores. Os anticlericais criticaram não a moral religiosa, mas a incoerência da Igreja de Roma em relação a esta moral.

Os debates entre os dois grupos tiveram cunho ideológico, político e religioso. O discurso anticlerical foi influenciado pelas idéias positivistas, ligadas ao realismo e ao naturalismo. Os livres-pensadores fizeram culto à ciência, ao evolucionismo, ao liberalismo, ao determinismo, ao naturalismo; bem como a seus representantes: Darwin, Comte, Spencer. Para eles, a Igreja Católica era propagadora da

ignorância e da superstição no seio da sociedade. Logo, os livres-pensadores acharam-se com a missão de libertar a sociedade da ignorância e da superstição imposta pela Igreja.

Os anticlericais, ligados às idéias positivistas e naturalistas do final do século XIX, identificaram na Igreja de Roma o espírito do mais retrógrado obscurantismo e atraso cultural. Nesse sentido, a Igreja, visando aumentar a influência do Catolicismo, combateu seus opositores e suas idéias. Foram várias as estratégias utilizadas pela Instituição eclesiástica, desde a participação na vida político-partidária à conquista da opinião pública através da imprensa católica.

Para a Igreja de Roma, os anticlericais eram propagadores de idéias subversivas e contrárias aos bons costumes da sociedade piauiense. Assim, a Igreja deveria educar a juventude, através da ação pedagógica institucionalizada, desviando-a dos vícios e erros modernos.

Crentes no ideal de civilização, ordem e progresso, os intelectuais, livres-pensadores e maçons, se colocaram em oposição às idéias ultramontanas da Igreja de Roma. Defenderam a necessidade de mudar o mundo e as idéias, as crenças, criando novas formas de pensar e

agir; combateram a Igreja institucionalizada, para eles, representante da ignorância e do obscurantismo.

Os anticlericais, opositores declarados da Igreja, manifestaram-se na vida político-partidária, na imprensa, nas associações maçônicas. Clérigos e livres-pensadores disputaram a tutela da sociedade, pretendendo o controle da vida pública.

Para a Igreja, as idéias modernas trouxeram o perigo para a sociedade. Liberdade de pensamento e de consciência, liberdade social e política, nada mais eram que sinônimos de revolução, que por sua vez traria o sinal do caos social. Já os livres-pensadores combateram a Igreja e sua intolerância, assumiram a missão de libertar a sociedade da tirania do irracional, da superstição. Foram contrários à ingerência do clero na vida pública ou nas atividades privadas. Clericalismo e anticlericalismo, princípios antagônicos, duas concepções de razão, duas culturas.

## Fontes e Bibliografia

### 1. Fontes Impressas

#### 1.1. Livros

CUNHA, Higino. *História das religiões no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1924.

\_\_\_\_\_. *Memórias Autobiográficas*. Teresina, 1940.

\_\_\_\_\_. *A educação feminina e o regime conjugal*. Revista da Academia Piauiense de Letras. Teresina. Ano VII. Maio, 1924.

MARTINS, Elias. *Guerra Sectária*. Teresina: Tipografia do Apóstolo, 1910.

NEVES, Abdias. *Um Manicaca*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

\_\_\_\_\_. *Psicologia do Cristianismo*. Teresina: Tipografia da Libro-Papelaria, 1910.

#### 1.2. Folhetos

\_\_\_\_\_. *Moral religiosa*. Piauí: Tipografia Paz, 1912.

OLÍMPIO, Matias. *Perseguições religiosas*. Piauí: Tipografia Paz, 1912.

PELLETAN, Eugene. *Inquisição*. São Paulo: *Livre Pensamento*, sd.

MAGALHÃES, Teodoro. *Liberdade de cultos no Brasil*. Rio de Janeiro: Oscar N. Soares, 1919.

CAMARGO, M. de Arruda. *Livre Pensamento*. Rio Claro: Tip. Conrado, 1911.

OLIVEIRA, Manoel. *Perigo Negro*. Porto: Tip. Gutemberg, 1901.

DIAS, Guilherme. *Que é celibato?* São Paulo: Livre Pensamento, sd.

ALMEIDA, Antônio José. *Reação clerical*. Lisboa: A M. Antunes, 1909.

TRIUNFO, Barão do. *Clericalismo: o inimigo da civilização*. São Paulo: Associação de Propaganda Liberal, 1934.

\_\_\_\_\_. *Clericalismo*. Belém: Tip. e Papelaria. Araújo, 1908.

\_\_\_\_\_. *Clericalismo e seus malefícios*. São Paulo, 1934.

### **1.3. Cartas Pastorais**

#### **1.2.1. Cartas pastorais: D. Joaquim Antônio de Almeida - 1906 a 1911**

1.2.1.1 Saudando aos seus Diocesanos. Parnaíba: Oficinas da Torre Eiffel, 1906.

1.2.1.2. Por ocasião do Retiro espiritual do clero. Estatutos Diocesanos. Teresina: Tipografia do Apostolado, 1907.

1.2.1.3. Reorganização das Irmandades nesta Diocese e revogando as existentes atualmente. Teresina: Tipografia do Apostolado, 1907.

1.2.1.4. Anunciando o Jubileu Sacerdotal do S.S. Padre Pio X e apresentando ao clero e fiéis de sua Diocese a Encíclica "*Pascendi Dominici*" sobre o "modernismo". Teresina: Tipografia do Apostolado, 1908.

1.2.1.5.Saudando seus Diocesanos. Teresina: Tipografia da Imprensa Oficial, 1911.

1.2.1.6.Carta de Despedida. Teresina: Tipografia do Apostolado, 1911.

1.2.1.7.Publicando a Encíclica sobre o Jubileu Universal por ocasião do XVI centenário da Paz da Igreja. Natal: Tipografia de A. Leite, 1913.

### **3. Jornais**

O Apóstolo – Periódico Oficial da Diocese do Piauí – de 1907 a 1912.

Foram consultados 281 exemplares.

A Luz – editado entre 1901 a 1908. Redatores: Higino Cunha, Luís Nogueira, Antonino Freire, João Pinheiro, Abdias Neves, Miguel Rosa, Chaves Júnior. Era órgão ligado à Loja Maçônica Caridade II.<sup>a</sup> de Teresina.

O Reator – editado em 1902. Redatores: Abdias Neves, Higino Cunha, Miguel Rosa e Domingos Monteiro. Saiu no dia seguinte à chegada, em Teresina, do bispo do Maranhão, Dom Xisto Albano.

Pátria – editado de 1902 a 1905. Redatores: Abdias Neves, Antonino Freire, Miguel Rosa e Clodoaldo Freitas. De propriedade e direção de Abdias Neves.

O Monitor – 1906 a 1912. Redatores: Higino Cunha, Matias Olímpio, Bonifácio Carvalho e Valdivino Tito. A partir de 1909 passou a ser dirigido por Abdias Neves.

A Imprensa – editado em 1911. Direção de Abdias Neves.

A Notícia – editado em 1912. Direção de Abdias Neves.

A Notícia – editado em 1917. Já em segunda fase sob a direção de Abdias Neves.

### 3. Bibliografia

- ALBERTON, Valério. *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- ARBELOA, V.M. *Socialismo y anticlericalismo*. Madri. Espanha: Taurus, 1973.
- AZEVEDO, Thales de. *Igreja e Estado em Tensão e Crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia*. São Paulo: Ática, 1978.
- \_\_\_\_\_, *A Guerra dos Párocos: Episódios Anticlericais na Bahia*. Salvador: EGBA, 1991.
- \_\_\_\_\_, *A “Religião Civil”: Introdução ao caso brasileiro*. *Religião e Sociedade*. São Paulo(6): 69-89, 1980.
- AZEVEDO, Thales de. *“O peculiar anticlericalismo brasileiro”*. *Catolicismo no Brasil*. MEC, Os Cadernos de Cultura, 1955.
- \_\_\_\_\_, *“Problemas metodológicos da sociologia do catolicismo no Brasil*. *Revista do Museu Paulista*, 14, 1963.
- \_\_\_\_\_, *A Religião Civil Brasileira: Um Instrumento Político*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- \_\_\_\_\_, *Um momento da vida intelectual na Bahia(1917-1938). A presença e influência do Pe. Luiz Gonzaga Cabral S.J.*, Publicações da Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, 121,1986.

- AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- AZZI, Riolando, *Catolicismo popular e autoridade eclesiástica na evolução histórica do Brasil*. *Religião e Sociedade*. São Paulo(1): 125-149, 1977.
- \_\_\_\_\_, *Elementos para uma história do catolicismo popular*. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, 36:96-103, 1976.
- \_\_\_\_\_, "O movimento de reforma católica durante o século XIX" *REB* 34, 656-662.
- \_\_\_\_\_, *A Igreja no Regime Republicano - a atuação de D. João Batista Neri, Primeiro bispo do Espírito Santo*. *Religião e Sociedade*. São Paulo, 13: 76-91, 1986.
- \_\_\_\_\_, *O Episcopado do Brasil Frente ao Catolicismo Popular*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- \_\_\_\_\_, *Dom Antônio Joaquim de Melo, Bispo de São Paulo (1851-1861), e o movimento de reforma católica no século XIX*. *REB*, dez. de 1975, v. 35, fasc.140, p. 921-22.
- \_\_\_\_\_, *Os capuchinhos e o movimento brasileiro de reforma católica no século XIX*. *REB*, 35, 1975. Fasc. 135.
- \_\_\_\_\_, *Dom Antônio Macedo Costa e a Reforma da Igreja no Brasil*. *REB*, 35, 1975. Fasc. 135.
- AZZI, Riolando, *O catolicismo popular no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- \_\_\_\_\_, *Religiosidade popular*. *REB*, 38, 1978.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O número dos eleitos: religião e ideologia em uma sociedade de economia agrária no Estado de São Paulo*. *Religião e Sociedade*. São Paulo: (3): 53-92, 1978.

- BALHANA, Carlos Alberto de Freitas. *Idéias em Confronto*. Curitiba. PR: GRAFIPAR, 1981.
- BARRETO, Tobias. *Críticas de religião* (organização, introdução e notas de Luís Antônio Barreto). 2<sup>o</sup>.ed. Rio de Janeiro: Record; Brasil. INL. 1990.
- BARROS, Roque Spencer Marcel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Convivio/ EDUSP, 1968.
- \_\_\_\_\_, *Introdução à filosofia liberal*. São Paulo, Edusp, 1971.
- CAES, André. *Da espiritualidade ao espírito cívico: a família nas estratégias de reestruturação da Igreja (1890 a 1934)*, Campinas – São Paulo: UNICAMP. Dissertação de Mestrado, 1995.
- CARVALHO, Gutemberg de. *A luta político-religiosa entre Igreja e Maçonaria no Piauí: 1902-1914*. Carta Cepro. Teresina, 11. Julho, 1986.
- CHAVES, Joaquim(padre). *Apontamentos biográficos e outros*. 2<sup>o</sup>Vol. Teresina: s.ed., 1983.
- CHARTIER, Roger. Textos, Impressões, Leituras. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CHARTIER, Anne-Marie e HÉBRARD, Jean. *Os Discursos da Igreja*. IN: Discursos sobre a leitura. São Paul: Ática, 1995.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_, *Teatro de Sombras: A política Imperial*. Rio de Janeiro: Vértice / Iuperj, 1988.
- \_\_\_\_\_, *Formação das almas. Imaginário e a República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- CAMARGO, Cândido P.F.de. *Católicos, protestantes e espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973.

- CASCUDO, Luiz da Câmara. *Religião do povo*. João Pessoa: Imprensa Universitária de Paraíba, 1974.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres Plurais. A condição feminina em Teresina na Primeira República*. Teresina: F.C.M.C., 1996.
- CAVA, Ralph Della. *Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1916-1964*. Estudos CEBRAP. São Paulo,(12) 402-20, 1975.
- DOURADO FILHO, E. de S. *Questão religiosa no Piauí*. Teresina: FUFPI, 1991.
- FURET, F. e OZOUF, M. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- FERRER BENIMELI, José Antônio. *Masoneria, Iglesia y ilustración*. Madrid: Fundacioón Universitária Espanhola, 1977.
- GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. *À Deus, À Igreja e À Pátria: Os Estandartes da Família Católica no Século XIX*. História. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. Vol. 11. p. 243/258.
- GIORGIO, Michela de. O modelo Católico. IN: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (Dir.) *História das Mulheres. O século XIX*. São Paulo: EBRADIL; Porto: Edições Afrontamento, 1995. Vol. 4.
- HAUCK, João Fagundes e outros. *História da Igreja no Brasil*. Ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda Época. A Igreja no Brasil no século XIX. 2ª.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro: 1500/1800*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- \_\_\_\_\_ e outros. *História da Igreja no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1977.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 2. Vol. 4. São Paulo: DIFEL, 1974.
- HOBBSBAWN, Eric. *A era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- \_\_\_\_\_, J. *Mundos do Trabalho, novos estudos sobre história operária*. Trad. Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- KLOPPENBURG, Dom Boaventura. *Igreja e maçonaria: conciliação possível?* Petrópolis: Vozes, 1992.
- \_\_\_\_\_, *A maçonaria no Brasil - orientação para os católicos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- \_\_\_\_\_, *A Maçonaria no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1961.
- LEERE, B. *Catolicismo popular e mundo rural*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- \_\_\_\_\_, *A História Nova*. Lisboa: Martins Fontes, 1990.
- MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. *Um Manicaca: romance - manifesto do positivismo no Piauí*. Teresina: APeCH/UFPI, 1995.
- \_\_\_\_\_, *Literatura Piauiense – Horizontes de Leitura e Crítica Literária (1900 – 1030)*. Teresina: FCMC, 1998.
- MALATIAN, Maria Teresa. *Catolicismo e Monarquia na Primeira República*. História. São Paulo: Ed.UNESP, 1992. Vol. 11, p. 259/269.
- MAYEUR, Françoise. *A educação das raparigas: o modelo laico*. IN: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (Dir.) *História das Mulheres. O século XIX*. São Paulo: EBRADIL; Porto: Edições Afrontamento, 1995. Vol. 4.
- MAYER, Arno. *A força da tradição*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

- MARTINS, Elias. *Frei Serafim de Catânia*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.
- MARTINS, Ana Luiza. *República: um outro olhar*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- MELO, Pe. Cláudio. *Piauí, Diocese e Província Eclesiástica*. Teresina. Piauí. Arquidiocese do Piauí, 1993, p. 29/30.
- MEDINA, C. A . e RIBEIRO DE OLIVEIRA, P. *A Autoridade e participação; estudo sociológico da Igreja Católica*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- MOURA, Sérgio Lobo de e ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Vol. 2. Rio de Janeiro / São Paulo: DIFEL, 1978.
- MONTENEGRO, J. A. *A Evolução do Catolicismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1972
- MOURA, Odilão. *As idéias católicas no Brasil; direções do pensamento católico no Brasil no século XX*. São Paulo: Convívio, 1978.
- MONTELLO, José. *A polêmica de Tobias Barreto com os padres do Maranhão*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editores, 1978.
- NUNES, Cícero(Padre). "Operário da boa vinda". Teresina: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense.54, 1972.
- NOGUEIRA FILHO, Luiz Nódgi. *Contribuição à história da maçonaria no Piauí*. Teresina, 1987.
- BOBBIO, Norberto ... et al. *Dicionário de Política*. 7ª.ed. Brasília,DF: Editora Universidade de Brasília, 1995.
- PACHECO, Felipe Conduru(D.). *História Eclesiástica do Maranhão*. São Luís: SENEC/ Departamento de Cultura, 1969.

- QUEIROZ, Teresinha. *Os Literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Notas sobre o anticlericalismo na literatura piauiense*. São Paulo: 1988. Trabalho a ser publicado.
- \_\_\_\_\_. *História, literatura e, sociabilidades*. Teresina: FCMC., 1998.
- \_\_\_\_\_. *Notas sobre a educação no Piauí*. São Paulo, 1988. Trabalho não publicado.
- REMOND, René. *L'Anticlericalisme en France: de 1815 a nos jours*. Paris: Editions Complexe, 1985.
- SABORIT, Ignasi Terradas. *Religiosidade na Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- SCAMPINI, José(padre). *A liberdade religiosa nas constituições brasileiras*. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.
- THOWER, James. *História do ateísmo ocidental*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das idéias religiosas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1970.
- VOVELLE, Michel. *França revolucionária 1789-1799*. São Paulo: Secretaria de Educação da Cultura / Editora Brasiliense, 1989.
- VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa contra a Igreja. Da razão ao Ser Supremo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- VILLAÇA, A .C. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro; Zahar, 1975.
- VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987.